

Extrato de BONDUKI, Nabil Georges
Origens da Habitação Social no Brasil.
Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e
Unifunp da Casa Própria. São Paulo:
Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

Habitação social e arquitetura moderna: os conjuntos habitacionais dos IAPs

Prova evidente da existência no país de capacidade para enfrentar o problema habitacional no período são os conjuntos construídos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões. É certo que não se pode generalizar, pois a produção é desigual, com projetos de grande qualidade ao lado de empreendimentos vulgares e tradicionais. Entretanto, uma análise qualitativa de alguns dos mais importantes conjuntos revela inovações importantes nos projetos arquitetônicos e na implantação urbanística.

É impressionante que mais de cinquenta anos após a construção desses conjuntos eles ainda não tenham sido objeto de um estudo adequado, que os situasse entre as obras de destaque de uma fase excepcional da arquitetura brasileira. Apenas o distanciamento entre o tema da habitação social e a reflexão sobre a arquitetura no Brasil pode explicar tal lacuna, pois os estudos sobre a questão habitacional têm privilegiado o enfoque político, econômico e social, deixando de lado os aspectos arquitetônicos e urbanísticos. É o caso dos trabalhos sobre a habitação no período populista: nenhum deles faz mais do que breves comentários sobre o assunto.

Apenas recentemente, após a finalização da tese que originou este livro, é que surgiram algumas dissertações de mestrado que analisam com destaque os projetos habitacionais desenvolvidos no período (NOGUEIRA 1996 e AMJONES 1997). Por outro lado, demos início, em 1996, a um levantamento mais sistemático e completo sobre a produção de habitação econômica pública e privada no período pré-BNH (BONDUKI E SAMPAIO 1995), que permitirá uma avaliação precisa da contribuição da produção habitacional na arquitetura brasileira, propiciando uma revisão historiográfica. Isto porque, até o presente, na história da arquitetura moderna brasileira, ficaram famosos apenas os conjuntos residenciais de Pedregulho e da Gávea, no Rio de Janeiro, projetados pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy para o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, com o objetivo de abrigar funcionários municipais.

Certamente Pedregulho foi o conjunto que mais se destacou, até no exterior, pela genial solução de sua implantação, mas essa repercussão acabou obscurecendo outras realizações importantes no campo da habitação social, contemporâneas ou anteriores, todas elas parte de um "ciclo de projetos habitacionais" de

Carmen Portinho,
pioneira da
habitação social
do Brasil.



grande relevância para a arquitetura brasileira e para a origem das políticas sociais de habitação. Sobre este aspecto vale citar declaração da engenheira Carmen Portinho que, como diretora do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi uma das responsáveis pela construção do conjunto: "Pedregulho foi feito para chamar a atenção do mundo inteiro. Só assim, aqui no Brasil, aceitaríamos a ideia. Le Corbusier, em sua visita de 1962, fez os maiores elogios: 'Fiquei admiradíssimo, nunca tive ocasião de realizar obra tão completa, dentro dos meus princípios, como vocês realizaram'. Isso chamou a atenção de nossos administradores, porque nos projetou internacionalmente. Ninguém faz milagres dentro de casa" (CAVALVANTI, 1987:72).

A tática deu certo, mas lamentavelmente nossos historiadores da arquitetura não perceberam que Pedregulho não era obra isolada nem ponto de partida — ao contrário, o conjunto veio na sequência de uma série de projetos e obras anteriores, elaborados no período de 1937-50, que abordavam o problema da habitação social de maneira criativa e inovadora, incorporando os princípios da arquitetura e do urbanismo modernos. No contexto desse "ciclo de projetos habitacionais", as obras de Reidy deixam de ser exceção, intervenções isoladas de um arquiteto com visão social, e passam a ser o resultado de um processo de reflexão e produção coletiva sobre o tema que tivera início na década de 1930, influenciado pelo debate internacional e pelas realizações da social-democracia europeia no período entre guerras, cujos pressupostos foram explicitados nos Congressos Internacionais de Arquitetos Modernos (CIAM), no final dos anos 1920.

Assim, parte significativa dos arquitetos envolvidos com a produção de habitação social — sobretudo no âmbito dos IAPs e do Departamento de Habitação Popular do DF — adotou a atitude de projeto concebida pelo movimento moderno, buscando compatibilizar "economia, prática, técnica e estética" (FERREIRA, 1940:79), com o objetivo de viabilizar financeiramente o atendimento de trabalhadores de baixa renda, garantindo dignidade e qualidade arquitetônica. No Brasil, porém, os equívocos da ação habitacional implementada pelo governo reduziram o impacto e a abrangência da proposta. Houve, assim, uma incorporação apenas parcial dos princípios da arquitetura moderna, perdendo-se os generosos e desafiadores horizontes sociais, onde o resultado econômico não deveria se desligar da busca de qualidade arquitetônica e urbanística, e da renovação do modo de morar, com a valorização do espaço público.

Esta incorporação parcial gerou, em consequência, o empobrecimento gradativo dos projetos habitacionais ainda ao final do período dos IAPs, chegando ao seu clímax na massiva produção implementada pelo BNH a partir de 1964, onde se manifesta apenas a busca cega e inútil pela redução de custos, sem levar em conta as outras perspectivas propostas pela arquitetura moderna. Com isso introduziu-se, no repertório da habitação social brasileira, um suposto racionalismo formal desprovido de conteúdo, consubstanciado em projetos de péssima qualidade, monótonos, repetitivos, desvinculados do contexto urbano e do meio físico e, principalmente, desarticulados de um projeto social.

Esta situação desgastou as propostas de habitação social concebidas a partir do repertório da arquitetura moderna, que passaram a ser rejeitadas como se fossem sinônimos daquilo que foi produzido pelo BNH. No entanto, a análise da produção realizada no período anterior a 1964, nas origens da habitação social no Brasil, mostra que as ácidas críticas, feitas de uma maneira geral aos conjuntos de inspiração moderna, merecem ser reavaliadas.

Do segundo Ciam aos conjuntos habitacionais

As casas proletárias, construídas pelas Caixas e Institutos em vários estados, ainda são em pequeno número e de preço elevado, em relação às posses dos empregados. Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que, sem prejuízo das construções isoladas onde se tomarem aconselháveis, estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendei, para isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se levem em consideração os meios de transporte para esses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais, diretamente, do produtor; tudo, enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa.



O discurso, que revela claro empenho em racionalizar a construção e reduzir seus custos, edificando-se grandes conjuntos em oposição às casas isoladas, a fim de se implementar a produção de moradias em larga escala, poderia muito bem ter sido feito por um arquiteto dos primórdios do movimento moderno. Foi proferido, no entanto, pelo próprio presidente Getúlio Vargas, em

novembro de 1938, no aniversário do Estado Novo — antes, portanto, da elaboração pelos Institutos dos projetos de seus conjuntos habitacionais (VAREAS 1942:VI:99-100). Trata-se, talvez, da prova mais forte de que os partidos arquitetônicos e as características da intervenção estatal no setor não resultaram de decisões pessoais ou técnicas, tomadas apenas por tecnocratas dos IAPs ou do Ministério do Trabalho, e sim de uma reflexão amadurecida, ou pelo menos debatida, no próprio núcleo de poder do Estado Novo.

Claro que a declaração de Vargas pode ter sido orientada por um assessor, (ao que tudo indica, o arquiteto Rubens Porto, assessor do ministro do Trabalho, Waldemar Falção). No entanto, o simples fato de o ditador ter incluído num de seus discursos — peças fundamentais em seu relacionamento com os trabalhadores — o tema da habitação, ressaltando as vantagens dessa ou daquela tipologia arquitetônica ou método construtivo, mostra que a questão habitacional não apenas se politizava mas era considerada pelo regime um elemento importante na "cesta" de serviços sociais que pretendia oferecer aos trabalhadores. Ao privilegiar os grandes núcleos multifamiliares em detrimento das unidades unifamiliares até então consideradas "modelo da casa higiênica" e predominantes nas tímidas atividades das Caixas e Institutos, o ditador era movido pelos mesmos pressupostos dos pioneiros do movimento moderno, para quem "o moderno não era um estilo mas uma causa": a busca de métodos de produção em grande escala de modo a satisfazer a imensa demanda por habitações sociais gerada pelo processo de industrialização e urbanização.

Assim como faria no discurso do Dia do Trabalho de 1944, quando propôs o uso dos fundos dos Institutos para a construção de "cidades-modelo junto às aglomerações industriais" (VAREAS 1945X:288-9), Vargas parecia disposto a fazer do enfrentamento da questão habitacional um novo elemento da sua afirmação popular, de certa forma dando continuidade ao processo que levava à criação das leis trabalhistas e à incorporação da questão social nas atribuições e responsabilidades do Estado. Ou seja, tentava fazer de um tema de grande importância para a classe trabalhadora um novo símbolo de seu governo, capaz de eternizar, como convém a todo ditador, sua passagem pelo poder.

Por motivos políticos e financeiros — e pelo fato de no Brasil já mais ter se constituído um Estado de Bem-Estar Social —, a produção habitacional no período populista não chegou a se destacar enquanto ação social, como aparentemente pretendia o ditador. Nem de longe foi comparável ao que ocorreu nas cidades europeias governadas pela social-democracia, ou mesmo às realizações do peronismo na Argentina. Ainda assim, a produção de habitação realizada não foi insignificante e a renovação da cultura arquitetônica, urbanística e habitacional implementada no país foi importante, participando da fase de consolidação da arquitetura moderna, não só em seus objetivos sociais como nas soluções técnicas e formais.

A referência ao movimento moderno é, portanto, inevitável. Uma das preocupações dos arquitetos modernos na década de 1920, numa conjuntura

marcada pela devastação da Primeira Guerra e pela expectativa de transformações políticas que levassem ao socialismo, era com a produção em larga escala de moradias para os trabalhadores.

A quem pertence o mundo? Isso era uma das questões centrais dos anos 20; a quem pertence e a quem irá pertencer? Para muitos pioneiros da nova arquitetura, a resposta era clara: ao povo, às massas, aos trabalhadores, ao maior número. Sob essas variações terminológicas se escondiam a idéia comum da transformação social iminente ou em curso e a ascensão da arquitetura a funções novas e superiores. A exemplo de Marx, para quem a filosofia, que se havia limitado a descrever o mundo, iria contribuir para transformá-lo, os criadores artísticos da vanguarda dos anos 20, entre eles os arquitetos, acreditavam que a arte, a arquitetura e a organização urbana deixariam de ser um reflexo da sociedade existente para se tornar um dos instrumentos privilegiados de sua reconstrução. (KOPP 1990:22)

O tema central do segundo Ciam, realizado em 1929 em Frankfurt, na Alemanha, foi a questão da habitação para os setores de renda mínima, discutindo-se a necessidade de atender à crescente carência de moradias para os operários: "Necessitamos vivendas suficientes em número y en calidad, que satisfasan las necesidades de las masas, de los que buscan viviendas con pocos medios. Necesitamos viviendas para el minimo nivel de vida" (May 1929, apud ANTONINO 1973:108).

A busca e a investigação de desenhos e projetos capazes de simplificar os processos construtivos — com a incorporação de tecnologias inovadoras, a eliminação de ornamentos, a racionalização do traçado urbanístico e a uniformização de unidades e blocos — não visavam tanto resultados formais e sim a produção em massa de moradias para atender a imensa demanda nas cidades industriais e responder aos anseios dos trabalhadores organizados por melhores condições de vida. Visavam, enfim, como afirmou Berlage, uma "arquitetura como arte social".

Forma e compromisso na arquitetura da habitação social no Brasil

Antes de examinarmos as propostas do movimento moderno, caberia uma pergunta: compartilhavam os arquitetos, urbanistas e outros profissionais comprometidos com a produção habitacional brasileira dos anos 30 aos 50 a idéia de seus companheiros europeus dos anos 20 e 30, segundo a qual "a arquitetura moderna não era apenas formas depuradas e técnicas contemporâneas, mas também e sobretudo a tentativa de participar, no nível da construção do ambiente, da transformação da sociedade?" (KOPP 1990:14)

A luz do que sabemos hoje, a resposta é positiva. Se se considera, como afirmam os historiadores, que a arquitetura moderna brasileira articulava-se com o modelo de desenvolvimento nacional em implantação entre os anos 30 e 50, nada seria tão forte nessa interlocução quanto o projeto e a construção de novas cidades ou de grandes empreendimentos, como os conjuntos habitacionais e seus equipamentos sociais, entendidos como células básicas do organismo urbano.

O exemplo sempre citado da participação da arquitetura no projeto nacional-desenvolvimentista é a construção de Brasília. No entanto, também pode-se mencionar, na mesma perspectiva e guardadas as proporções, os grandes conjuntos habitacionais ou as cidades-modelo destinadas ao operário industrial, como outras facetas capazes de dar visibilidade e forma concreta ao modelo de desenvolvimento e de modernização do país. Nesses espaços poderia florescer o "novo homem" (GOMES ET ALII 1982) que o regime buscava criar, enfatizando-se a modernidade e a racionalidade, a edificação de equipamentos sociais estatais como instrumentos de controle e normatização dos comportamentos.

A falta de uma consistente política de habitação foi certamente um fator que restringiu o impacto da produção de moradias nesse projeto desenvolvimentista. No entanto, tudo indica que, no contexto das reformas estruturais propostas pelas forças progressistas dos anos 40 e 50, a abordagem do problema habitacional ocupava lugar de destaque, apesar do ceticismo de arquitetos importantes como Niemeyer ("não me atraía essa ideia de habitação mais barata", apud CAVALCANTI 1987) e Artigas ("a habitação econômica era um índice do afã com que a burguesia lançava na luta suas últimas reservas a fim de sobreviver mais alguns anos", Artigas 1952). Outros expoentes da arquitetura brasileira, entretanto, viram na habitação social o caminho para modificar as condições da classe trabalhadora, introduzindo novos hábitos e um modo de vida "moderno" que romperia com o atraso do país, expresso no subdesenvolvimento, na ignorância, na injustiça social e nas práticas de produção atrasadas e de baixa produtividade.

De fato, nunca houve absoluto consenso entre os arquitetos sobre a questão. No início dos anos 60, o "Inquérito Nacional de Arquitetura", que reuniu as opiniões de 20 importantes arquitetos brasileiros, permite identificar as posições presentes no debate sobre habitação (*JORNAL DO BRASIL*, 1962). Como sintetiza ANTUNES (1997), a grosso modo havia três posições sobre como o problema da habitação deveria ser enfrentado: os que defendiam que apenas a transformação das relações de produção seria capaz de possibilitar uma solução para o problema; os que acreditavam que os arquitetos podiam contribuir tecnicamente, através de medidas como a industrialização da construção, pré-fabricação, produção em série, planos diretores etc. e, finalmente, os que consideravam fundamental a formulação de uma política nacional de habitação, capaz de centralizar as ações do setor público e da iniciativa privada.

De qualquer forma, o tema da habitação só passa a ter importância para os arquitetos na emergência da arquitetura moderna. Na grande

transformação que ocorreu logo após a Revolução de 30 no curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, quando Lúcio Costa assumiu sua direção — evento considerado um dos marcos da implantação da arquitetura moderna no país —, a preocupação com a moradia já surgia como símbolo de mudança, como relata o arquiteto Ernani Vasconcelos: "Com a entrada de Lúcio Costa para a direção, o ensino muda completamente, a 'Torre de Pensamento às margens do Rio Sagrado' cedeu lugar à habitação popular" (CAVALCANTI 1987). Para Lúcio Costa, a modernização da moradia teria forte influência na sociedade: "A casa moderna seria um instrumento de libertação dos trabalhadores. A máquina de morar ao tempo da colônia dependia do escravo. [...] O negro era esgoto; era água corrente quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha. As facilidades modernas diminuiriam a necessidade de empregados domésticos, que passariam a trabalhar nas indústrias". (apud CAVALCANTI 1987)

Com Affonso Reidy e Carmen Portinho, responsáveis pelo projeto e construção de Pedregulho, aparece de forma mais acabada a relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade. Para Reidy, Pedregulho dispunha de serviços que lhe permitia certa autonomia, como a escola, o centro e o símbolo de sua proposta de ação reeducadora no habitar (CAVALCANTI 1987). A educação das classes populares por meio da arquitetura surgia com insistência no discurso dos técnicos encarregados da implementar conjuntos habitacionais, como declara a engenheira Carmen Portinho: "A mais importante tarefa [das assistentes sociais] era ensinar aos mais pobres novos hábitos de higiene, saúde e, principalmente, como 'usar' as construções modernas" (CAVALCANTI 1987). Portinho se opunha à casa própria e justificava a opção pela propriedade estatal da moradia, que seria alugada aos trabalhadores, posição consagrada nos congressos do IAB, como forma de controlar o edifício e o uso que dele faziam os moradores: "Fui acusada de comunista, apenas porque me opunha à venda dos apartamentos. Defendia: a título de aluguel, a dedução de percentual do salário do funcionário. Deste modo, a prefeitura mantinha a propriedade, o controle dos moradores e a boa conservação dos prédios. Isso lá é comunismo?" (CAVALCANTI 1987:70)



Escola do Conjunto Residencial de Pedregulho, exemplo de equipamento social incorporado ao projeto de habitação. A escola foi construída antes mesmo dos blocos habitacionais, o que revela a importância que Portinho e Reidy davam para os equipamentos.

De certa forma, a concepção de habitação como serviço público, presente no discurso de muitos arquitetos atuantes no período (no I Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1945, a questão foi abordada dessa perspectiva), é um dos indicadores da relação entre os projetos de habitação social e a perspectiva de transformação social então dominante, baseada na estatização dos meios de produção e dos equipamentos coletivos. Portinho acreditava ser a habitação "um serviço social de utilidade pública, com a principal função de reeducação completa do operário brasileiro, que [...] deveria estar incluída entre os serviços obrigatórios que o governo deve oferecer, como água, luz, gás, esgoto etc." (CAVALCANTI 1987:69). O que poderia ser uma "reeducação completa do operário brasileiro" senão sua preparação para viver em uma nova organização social?

Nota-se assim que muitos arquitetos, identificados como progressistas no campo político e influenciados pelo PCB, remavam contra uma corrente mais conservadora, que defendia a casa própria. Embora resultante de uma perspectiva atuarial, a adoção pelos IAPs da locação como principal forma de acesso às moradias nos conjuntos habitacionais (Plano A) representou uma vitória dos que se opunham à casa própria e influenciou positivamente os projetos dos conjuntos e a qualidade da sua execução. A opção por blocos de edifícios coletivos, com equipamentos sociais e comunitários, é uma consequência dessa visão, em contraste à concepção da casa própria isolada, com quintal, horta e criação de animais.

Caberia aqui uma analogia com o que ocorreu na Alemanha e na Áustria nos anos 30. A ascensão do nazismo significou o fim dos projetos de conjuntos habitacionais multifamiliares, exemplares da arquitetura moderna, que predominaram no período social-democrata dos anos 20, e a intensificação da implantação de programas para difusão da casa própria unifamiliar, os quais buscavam resgatar o estilo arquitetônico e a tradição rural alemã. O debate sobre alternativas arquitetônicas, no contexto alemão, tornou-se profundamente politizado, com o repúdio dos nazistas ao movimento moderno. É famosa a resistência dos operários austríacos, entinchados nos *Höfe* vienenses, à invasão nazista.

No Brasil, também a questão do "estilo" não deixou de ser politizada. Os arquitetos modernos procuraram, com algum êxito, vender suas propostas como aspecto importante da fase de progresso, industrialização e urbanização por que passava o país. Desse modo, conseguiram influenciar os encarregados dos projetos estratégicos de desenvolvimento, articulando a noção de uma moradia moderna com a da modernização e industrialização da sociedade, mesmo que essa visão estivesse presente numa perspectiva politicamente mais conservadora.

Exemplo disso é o projeto de criação da Cidade dos Motores, em Xerém, junto à Fábrica Nacional dos Motores, concebido na primeira metade dos anos 40. Pretendia ser uma autarquia auto-suficiente em termos de habitação, educação, lazer e alimentação, seguindo o modelo das cidades industriais norte-americanas. O objetivo era instaurar, como declarou seu idealizador, o brigadeiro Guedes Muniz, "a hierarquia social dependente do próprio valor individual, que é

a negação mais eficiente da promiscuidade comunista" (CAVALCANTI 1987:64). Muniz, em discurso na Fiesp, reconheceu a influência da arquitetura moderna, particularmente de Le Corbusier e de Atílio Corrêa Lima, no projeto:

Habitados a ouvir por todo o Brasil louvores às habitações individuais, por índole e por descendência nossa primeira inclinação foi para essas habitações, onde o operário possuísse sua casinha branca e seu quintalzinho pequenino, e se sentisse, assim, mais em casa, mais possuidor da habitação em que morava. Consultamos, porém, Atílio Corrêa Lima, o brilhante urbanista. [...] Corrêa Lima e o livro La Ville Radieuse, de Le Corbusier, convenceram-me totalmente. Na mesma área de terreno onde podíamos abrigar 5 mil pessoas, em casas individuais, modestas, era possível alojar 25 mil em apartamentos modernos e confortáveis. Em lugar do quintal sujo e pequenino, os operários poderiam ter à sua disposição grandes parques com piscinas, jardins, campos de esportes e recreio. (MUNIZ 1945, apud RAMALHO 1986)

Corrêa Lima, de fato, realizou verdadeiro proselitismo junto ao brigadeiro, como se depreende de seu parecer sobre o plano da Cidade Operária da FNM, que apresentou apenas três dias antes de sua morte, em agosto de 1943 (LIMA 1963). Trata-se de um manifesto em defesa do projeto moderno como elemento norteador da construção de cidade-novas ou conjuntos habitacionais, no qual o arquiteto faz ácida crítica à casa isolada, que

recai no velho sistema de quintal, depósito de velharias, com aspecto árido e sórdido dos terreiros que [...] lembram o pijama e o chinelo dos domingos [imagens do velho, de um modo de vida arcaico], ao passo que as construções feitas em série, formando conjuntos densos, apresentam as mesmas vantagens da produção industrial em massa, baixam o custo unitário permitindo elevar o padrão da unidade de habitação e criar o parque coletivo de grandes proporções [...], com uma vida social diferente, com campo de esporte junto à porta, que trará o gosto pela camisa esporte. (LIMA 1963:6-7)



Atílio convenceu os militares a adotarem um projeto moderno, mas faleceu logo em seguida. A FNM acabou contratando o escritório de J. Sert e Paul Wiener para desenvolver o plano da cidade, no qual se nota forte influência do ideário de Le Corbusier.

O arquiteto buscou sensibilizar o brigadeiro identificando as realidades deste com a modernidade, que só estaria completa com a adoção do novo ambiente arquitetônico: "A era industrial que atualmente se inicia no Brasil, de que a FNM é uma das mais audazes pioneiras, não deve avançar e subir às alturas

sem arrastar consigo tudo que lhe é acessório. Espírito novo! criando indústria nova! em ambiente novo! este deve ser o critério, para que o ciclo formidável de realizações do brigadeiro Antônio Guedes Muniz seja completo" (LIMA 1963:7).

Atílio Corrêa Lima, apesar de sua morte precoce num acidente de avião (que ocorreu em viagem a São Paulo para tratar de um projeto habitacional para o IAPI), foi um dos arquitetos que se destacaram na incorporação do ideário moderno em projetos de habitação social, como o conjunto da Baixada do Carmo, deixando ainda em elaboração um projeto para a gleba de Heliópolis, na qual seriam abrigados 16 mil moradores, e que, não tendo sido realizado, acabou proporcionando o espaço para o surgimento da maior favela de São Paulo.

A visão desses profissionais certamente era marcada pelo eurocentrismo e pelo desprezo ao modo de vida do "povo", como Cavalcanti buscou mostrar na sua dissertação *Casas para o Povo*: "É minha hipótese estar a arquitetura moderna inserida em um movimento mais amplo dos intelectuais brasileiros que assumem postura intervencionista ou domesticadora em relação às camadas populares. (...) Os arquitetos tendem a pensar as formas existentes de moradia como anacrônicas, almejando propor soluções que interpretem 'correta' e modernamente a questão" (CAVALCANTI 1987:63).

Sem dúvida, esta interpretação está correta. Um dos pressupostos da arquitetura moderna é a introdução de uma nova forma de abordar — em termos formais, produtivos, sociais e culturais — a questão da moradia. Para repetir o que o povo vinha fazendo, não havia necessidade de profissionais especializados, retrucariam os modernistas. Mais do que isso, os arquitetos modernos, sobretudo os vinculados à busca da transformação social nos anos 20, achavam que a produção habitacional voltada para as necessidades e aspirações dos trabalhadores não deveria ser

[...] simples tradução em espaços construídos das idéias que os futuros usuários exprimam através de questionários e pesquisas cientificamente concebidas por especialistas em ciências humanas, doravante associados aos arquitetos. Não é tanto o que os usuários desejam, mas sim o que deveriam desejar que os arquitetos da nova arquitetura pretendem oferecer-lhes. A habitação mínima deve ser o meio de passar de uma a outra maneira de viver, ser instrumento de uma 'Neue Wohnkultur', uma nova cultura da habitação. Ora, a imensa maioria da população não pode imaginar formas de habitação muito diferentes das que conhece. Trata-se então, após estudo científico das necessidades e aspirações, não de construir a casa ideal nascida da imaginação popular e que, em geral, será apenas uma má imitação das residências dos ricos, mas de trazer uma solução nova, original e suscetível de originar novos hábitos e um novo modo de vida conforme as idéias que têm do futuro os meios progressistas políticos e arquitetônicos. (KOPF 1990:53-4)

Esses pressupostos faziam parte do ideário dos arquitetos brasileiros, que acreditavam estar participando da construção de uma nova sociedade,

a qual requeria um novo modo de morar. Portanto, ainda que seja procedente a crítica de Cavalcanti ao projeto modernizador desses arquitetos, que de fato não se preocuparam em incorporar as práticas populares, isto não invalida a perspectiva e a intenção que orientavam os que deram uma dimensão social à arquitetura moderna brasileira.

Na década de 40, em quase toda a intelectualidade de orientação progressista e no pensamento reformista, predominava o dualismo entre o atraído e o moderno, sendo predominante a idéia de que a principal tarefa era levar adiante a modernização, o que significava incurrir nos trabalhadores hábitos diversos dos que haviam trazido do meio rural ou que tivessem desenvolvido em um espaço urbano organizado de forma espontânea e, portanto, reproduzindo práticas "atrasadas". Desse modo, os arquitetos e os outros técnicos responsáveis pela questão habitacional estariam dando sua contribuição ao projeto de modernização social por meio da construção de um espaço racionalizado e de um novo modo de morar, símbolos de uma nova época, na qual a classe trabalhadora iria viver e passar seu "tempo livre" de forma cada vez mais socializada. Classe trabalhadora que, na concepção então vigente na esquerda, estava prestes a dirigir o país!

Que essas visões eram equivocadas, não resta nenhuma dúvida. Isso não significa, porém, que os ideais de maior justiça social, de superação do atraso, de elaboração de novas formas de sociabilidade e de eliminação do analfabetismo, da ignorância e do conservadorismo no modo de morar, fossem irrelevantes. Não se pode exigir dos arquitetos do passado, a posteriori — ou seja, depois que se formulou uma rigorosa crítica ao modelo desenvolvimentista — mais do que as condições históricas e as perspectivas políticas então presentes na sociedade permitiam vislumbrar. E, naquele momento, a tarefa de modernizar a habitação — enquanto arquitetura, inserção urbana e produção em larga escala — e o modo de morar dos trabalhadores aparecia como tarefa primordial no projeto de transformação social. E esses desafios foram, de certo modo, enfrentados nos mais representativos conjuntos habitacionais então construídos.

Poucos, entretanto, os conhecem, pois a historiografia os tem ignorado. Cavalcanti, por exemplo, visando demonstrar que "os projetos de habitação para os mais pobres foram apropriados como justificativas éticas nas idéias do movimento moderno", afirma que "a presença da habitação popular é muito maior nos textos e discursos dos arquitetos modernos do que em suas obras edificadas". (CAVALCANTI 1987:95)

No entanto, a produção de habitação social, a partir dos pressupostos da arquitetura moderna, desmente esta conclusão apressada: a presença de obras edificadas é expressiva, qualitativa e quantitativamente. É preciso citar ainda, além da produção realizada pelos IAPs e outros órgãos governamentais, uma grande produção privada de habitação destinada predominantemente para a classe média, fortemente influenciada pelo movimento moderno. Projetados por arquitetos como Niemeyer, Abelardo de Souza, M.M. Roberto e outros, estes empreendimentos

adotaram os mesmo princípios modernos que orientaram a produção social, como economia, racionalidade, valorização do espaço público, incorporação de equipamentos coletivos e padronização, gerando edifícios — verdadeiras *unités d'habitation* — que pouco se diferenciavam, como soluções arquitetônicas, dos projetos de habitação social.

Talvez o que realmente falte não sejam obras mas textos e reflexões que as exponham e as analisem profundamente, para além de Pedregulho e Gávea, tidos quase sempre como os únicos conjuntos habitacionais representativos de arquitetura moderna no período pré-64. BRAUND (1981), o mais completo manual e referência bibliográfica sobre a arquitetura moderna brasileira, não analisa, em 400 páginas, nenhum outro projeto de habitação social. Sem considerar a produção de habitação dos IAPs, a desclassifica como "inválida" afirmando: "[...] houve uma desproporcionalidade entre a habitação de caráter social, cujos canteiros ficaram muito secundários e não deram origem senão a algumas poucas tentativas válidas (unidades habitacionais de Pedregulho e Gávea, de Reidy e projetos recentes de Artigas nos subúrbios de São Paulo [referência ao Projeto Cumbica, da Cecaç, já no final dos anos 60 — N.A.], a classe intermediária mais abundante mas sem interesse profundo e as casas ou apartamentos de luxo que dominam o mercado pelo número e pela qualidade." (BRAUND 1981:375).

Sem dúvida, muito mais poderia ter sido feito em habitação social; no entanto, a recusa em pesquisar, analisar e incluir estas obras, que tem predominado na historiografia oficial da arquitetura moderna brasileira, contribuiu para reforçar o divórcio entre arquitetura e habitação social que predominou a partir de 1964. Resgatar esta memória é fundamental.

A influência da vanguarda moderna na habitação social

Vê-se, portanto, que a influência da arquitetura moderna nas origens da habitação social no Brasil foi muito importante, contribuindo para a renovação das tipologias de projeto, processo construtivo, implantação urbanística, programas habitacionais e modos de morar. Se na Europa a perspectiva da vanguarda estava em boa parte associada aos ideais socialistas, no Brasil ela se vinculou ao desenvolvimentismo. Com diferentes objetivos políticos, militava-se por uma *Neue Wohnkultur*, uma nova cultura do morar.

Não que o modelo da casa unifamiliar e isolada, em loteamentos convencionais, tenha sido abandonado e substituído; boa parte do que se produziu no âmbito dos IAPs, FCP e outros órgãos regionais refletiu este modelo. Mas

emerge com força uma nova atitude, caracterizada pela preocupação com o barateamento da construção, através da racionalização, industrialização e verticalização, que passou a fazer parte das diretrizes de projeto, assim como surgiram novas tipologias — como blocos multifamiliares e 'unités d'habitation' — e propostas urbanísticas, como a cidade-jardim. Os programas passaram a incluir uma gama variada de equipamentos coletivos, difundindo-se a concepção de que habitação não podia ser apenas a moradia individual.

Esta renovação foi, sem dúvida, consequência da transferência do debate e das propostas sobre habitação social desenvolvidas na Europa nos anos 20, no seio da vanguarda moderna, assim como a produção concreta realizada nos países governados pela social-democracia. Foram basicamente três as formas através das quais este repertório chegou no país: pelos profissionais brasileiros que estudaram ou estagiaram no exterior — como Attilio Corrêa Lima, que cursou urbanismo na França, e Carmen Portinho, que estagiou na Inglaterra logo após a 2ª Guerra, acompanhando o programa de implantação de cidades novas —; pela influência trazida diretamente, com grande destaque para Le Corbusier, que deixou profundas marcas na produção de habitação econômica realizada pelos arquitetos brasileiros e, finalmente, através do estudo do tema através de livros, revistas e publicações, que eram importados com grande atualidade. É evidente, no entanto, que foi a existência de um clima interno favorável às novas idéias — do ponto de vista político, ideológico e econômico —, gerado pela Revolução de 30, que permitiu a difusão destas concepções e sua concretização em obras.

No início dos anos 30, esta difusão já era notável. No I Congresso de Habitação, realizado em São Paulo em 1931, a tese apresentada por Ernst May no 2º Ciam em Frankfurt foi longamente citada por MAGAO (1931:62-65). E na renovação do ensino de arquitetura, promovida em 1931 por Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes, o tema central do 2º Ciam — "Wohnung für das Existenzminimum" (habitação econômica, mínima ou, literalmente, casa projetada para o mínimo existencial) — tornou-se uma referência da nova forma de enfrentar o problema da arquitetura, passando-se a dar importância à funcionalidade e aos espaços então ausentes do estudo da arquitetura, tais como o banheiro e a cozinha, como revela Abelardo de Souza, arquiteto formado em 1932:

[...] com grande entusiasmo, passamos a estudar temas mais práticos como 'casa mínima', postos de gasolina, grupos escolares, equipamentos de cozinha e banheiros. Estes temas eram estudados em todos os seus mínimos detalhes, observando seu funcionamento com muito cuidado. E esta já era uma coisa que até então nós desconhecíamos: a função das coisas que éramos chamados a projetar. Era a função de cada cômodo, era a utilidade de uma cozinha, era a interligação destes cômodos e mais quartos e salas que davam a funcionalidade da planta. Tínhamos uma planta livre sem os cânones e a simetria até então obrigatórios. Houve logo ao início do advento da nossa liberdade de criação muitos exógeros por parte dos mais exaltados. Faziam uma planta para uma

casa mínima, com as medidas o tal ponto reduzidas que difficilmente poderia haver uma boa habitabilidade, supondo-se que (hipótese remota) fosse construída. Por influência da arquitetura moderna européia, principalmente alemã (...)." (SOUZA 1978:27-28)

Nas revistas de arquitetura, a produção internacional sobre a habitação social dos anos 20 já estava sendo amplamente divulgada no Brasil: em 1936, a revista *Arquitetura e Urbanismo*, do IAB, publicou uma extensa reportagem ilustrada sobre a arquitetura alemã, com grande destaque para a *Siedlung*, de autoria do arquiteto *Monteiro de Carvalho* (1936), que havia feito viagem de estudo à Alemanha. Não resta dúvida de que, antes do início da produção em escala da habitação social no Brasil, ocorreu uma ampla divulgação da produção européia.

Mas o que propunha a vanguarda moderna? Os debates realizados nos 2º e 3º Ciam, centrados, respectivamente, na habitação para o nível mínimo de vida e nas tipologias habitacionais (edifícios baixos, médios ou altos), são importantes referências para se conhecer as concepções que eram defendidas. Sem se deter nas especificidades presentes das várias correntes modernistas, a análise das teses destes congressos mostra que um dos aspectos mais importantes do projeto moderno era a busca da racionalização e a industrialização do sistema de produção das moradias, de modo a reduzir seu custo. Causava perplexidade aos arquitetos modernos que "uno de los últimos grandes sectores de la producción en dar el salto que conduce de la fabricación artesanal a la industrial ha sido la construcción, y no ha hecho más que dar los primeros pasos en este sentido" (GIEDION 1929:103). Em decorrência desse suposto atraso, o custo da habitação continuava elevado:

[...] mientras que el precio de los coches Ford — fabricados con los mejores materiales — disminuye a causa de una racionalización extraordinaria, los costes de construcción de una casa aumentan. (LE CORBUSIER Et JEANNERET 1929:126)

La industria existe con todo su utillaje y todos los métodos para la puesta en obra del hierro y del hormigón armado. La planta libre y la fachada libre se ofrecen a la construcción racional de la vivienda. El equipamiento racional (respuesta a la función biológica) entraña una economía enorme de superficie habitable, de volumen, de gastos de establecimiento. La vivienda equipada racionalmente, mediante elementos de serie fabricados por la gran industria, lleva consigo una economía considerable en gastos de realización y en gastos de construcción. Pero el equipamiento racional, que reemplaza gran parte del mobiliario y que aporta facilidades desconocidas hasta ahora, no puede ser realizado más que en función de la estructura libre y de la planta libre. (CORBUSIER Et JEANNERET, 1929:129)

Ao mesmo tempo que julgavam essencial industrializar e baratear a construção das moradias, os arquitetos modernos passaram a dar enorme importância ao equipamento e mobiliário da casa, que se tornaria o aspecto mais

importante da arquitetura da habitação: "Por lo que es la vivienda mínima, el problema arquitectónico podría concentrarse en el equipamiento de la vivienda" (CORBUSIER Et JEANNERET 1929:131).

Segundo o mesmo raciocínio, o arquiteto Ernst May, responsável na prefeitura de Frankfurt por uma das mais significativas produções de habitação social nos anos 20, enfatiza a célula individual como o aspecto mais importante da construção da moradia, com o objetivo de mostrar que desse modo se superava a valorização acadêmica das fachadas e do aspecto exterior das construções:

[...] aún hoy es extraordinariamente difícil para muchos arquitectos comprender que en la construcción de vivienda, el aspecto exterior de los volúmenes y la distribución de las fachadas no deben ser considerados como las principales tareas de los arquitectos, sino que la parte más importante del problema es la construcción completa de la célula individual de vivienda según los principios de una concepción moderna de vida y que a ellos les corresponde, además, la tarea urbanística de incorporar a la imagen de la ciudad la suma de estas células de viviendas, es decir el barrio [Siedlung], para que de este modo se creen las mismas condiciones favorables para cada elemento individual de vivienda. (MAY 1929:112)



Em Frankfurt, sob a direção de Ernst May, avançou-se muito para colocar em prática as propostas defendidas pelo movimento moderno: acima, a busca da industrialização da construção; ao lado, a famosa cozinha de Frankfurt, projetada para racionalizar o processo de produção das refeições e liberar a mulher da escravidão dos afazeres domésticos.

A valorização da célula de moradia no 2: Ciam pode ser auferida pelas ilustrações incluídas em suas atas, resultado da sistematização da exposição "A Habitação para o Nível Mínimo de Vida", montada por May e sua equipe. Essas ilustrações mostram apenas a representação em planta de unidades, com o respectivo mobiliário, organizadas de forma racional; não são apresentadas fachadas, perspectivas ou outros elementos de representação da espacialização dos projetos. Essa célula individual era entendida por May como uma unidade básica da cidade, que se formaria por meio de um processo de acumulação modelar, como afirma ARMONIO (1973:91): "[...] várias camas formam uma vivanda; várias vivendas formam uma unidade tipológica [edifício]; várias unidades tipológicas formam um assentamento urbano, y varios asentamientos urbanos son la ciudad".

Ao estabelecer relações entre habitação, cidade e sociedade, e ao buscar a moradia mínima, a célula individual, os arquitetos modernos propunham que as funções domésticas fossem transferidas do espaço privado para os equipamentos sociais e comunitários. Como ressaltou GROPIUS (1929), na sua tese no 2: Ciam, isto implicava uma mudança no papel da família e da mulher:

Os grandes equipamentos coletivos do bairro — as lavanderias coletivas, as creches, as salas de reunião — têm a mesma função. Sua multiplicação contribui, ao transferir para fora da habitação familiar tarefas domésticas que antes ali ocorriam, para a evolução do conceito mesmo de família e para acelerar a passagem da família extensa, necessária para a realização destas tarefas dentro da casa, para a família moderna, reduzida aos pais e aos filhos e que se apoia para a maior parte de suas atividades domésticas em uma rede de equipamentos que permitem a socialização dessas atividades. (KOPP 1990:61)

Em Viena, na massiva produção realizada nos anos 20, quando a municipalidade governada pelos social-democratas edificou cerca de 62 mil unidades habitacionais nos *Höfe*, também se valorizou a implantação de uma gama variada de equipamentos coletivos, na perspectiva de propiciar um novo padrão de qualidade de vida e de difundir um modo de morar mais socializado. No Karl Marx Hof, por exemplo, foram implantados, além dos 1 400 apartamentos, jardins e áreas livres, dois jardins de infância, centro juvenil, biblioteca, consultório médico e odontológico, farmácia, correio, duas lavanderias mecanizadas, 25 lojas e banheiros públicos, com dezenas de banheiros e duchas. A concepção que estava por trás desta intervenção (austro-marxismo), centrava-se na ideia de que os *Höfe* funcionariam como uma espécie de efeito-demonstração da sociedade socialista, ressaltando sua superioridade, na perspectiva de conquistar apoio para uma transformação estrutural (TAFURI 1986).

Por outro lado, várias propostas espaciais modernas, difundidas principalmente por Le Corbusier e aplicadas nas *unités d'habitation* — como tetos-jardins, pilotis e ruas internas —, passam a estar intimamente vinculadas à implantação de equipamentos comunitários, que as legitimam. Modificava-se a relação entre o público e o privado, rompendo-se as fronteiras que os separavam e criando-se

a noção de que não se habita apenas a casa e sim um conjunto de equipamentos e serviços coletivos. Arquitetura e urbanismo tornam-se indissociáveis.

Os arquitetos modernos propunham superar o modelo de casa operária como uma reprodução em miniatura da habitação burguesa, mal adaptada a uma moradia de área muito menor. Para isso, não apenas a concepção e a construção deveriam ser racionalizadas, mas também o comportamento dos habitantes no interior das residências. Dois elementos são básicos nesse sentido: a simplificação do trabalho doméstico, por meio da racionalização da cozinha e de outras áreas de serviço, que também se tornariam coletivas, e a renovação do mobiliário, de modo a que deixasse de imitar o equipamento burguês, adequando-se à unidade habitacional de tamanho mínimo, fosse de fácil manutenção e, sobretudo, capaz de ser produzido industrialmente a baixo custo.

A racionalização da cozinha e a simplificação das atividades domésticas estavam vinculadas ao projeto de emancipação da mulher, de sua introdução no mercado de trabalho e da renovação do modo de morar. Pesquisas desenvolvidas em Frankfurt e o desenvolvimento de protótipos tornaram possível a produção industrial dos equipamentos de cozinha. Aqui, uma vez mais, a nova arquitetura aparece como instrumento de libertação social, favorecendo um modo de vida menos individual e centrado na família: "A construção de habitações em nossa época reflete nossa vida social e econômica. O crescente individualismo [...] foi substituído por um coletivismo de visão ampla. A nova comunidade das massas exprime-se mais claramente pelo trabalho, esporte e política. Seria um erro de nossa parte, arquitetos, ignorar deliberadamente essa evolução" (MAY 1929, apud KOPP 1990:50).

No Brasil, embora tenham servido de referência aos idealizadores de boa parte dos conjuntos habitacionais dos IAPs, algumas dessas propostas chocaram-se — em vários aspectos — com as posturas que predominavam nos debates sobre habitação nos anos 40. Bastante influenciadas pela Igreja, essas posturas relacionavam a moradia com a família, que devia ser preservada da promiscuidade e dos contatos perigosos com a rua, ou seja, com o espaço público ou coletivo. Para estes, a moradia modelar continuaria a ser a casa unifamiliar e isolada, com horta e jardim, tolerando-se a habitação coletiva apenas por motivos econômicos ou urbanísticos. Esta solução estava, como modo de vida, muito próxima do padrão baseado na ocupação da periferia com casas próprias autoconstruídas, distanciando-se sob vários pontos de vista das propostas do movimento moderno.

Por outro lado, as concepções que pressupunham um Estado forte sem contestar a ordem vigente, como as de Le Corbusier, tendiam a ganhar maior espaço, pois era coerente com a situação vigente no país. Isto porque muitos imaginavam que os equipamentos coletivos como creches, escolas, posto de saúde, cinemas etc., nos conjuntos habitacionais, exerceriam o papel de instituições de controle e reprodução ideológica, tornando "seguro" o espaço público.

Concepção técnica dos IAPs: a contribuição de Rubens Porto e Carlos Frederico Ferreira

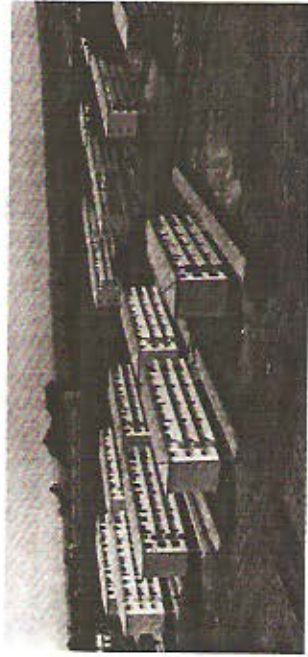
Uma observação detida da estrutura institucional e da concepção técnica dos órgãos encarregados de formular e implementar as políticas públicas mostra que os conjuntos dos IAPs não foram obra do acaso ou do empenho de um ou outro arquiteto. Devem-se, ao contrário, à existência, nos Institutos, de concepções e diretrizes formuladas por uma emergente burocracia estatal a partir de análises das necessidades e possibilidades de produção habitacional.

O arquiteto Rubens Porto desempenhou papel bastante importante neste processo. Assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho — órgão do Ministério do Trabalho responsável pela normatização, fiscalização e aprovação de procedimentos dos IAPs —, Porto formulou a regulamentação para a atuação das Carteiras Prediais. No artigo em que justifica este dispositivo (PORTO 1937), defende uma arquitetura funcional e moderna: solução racional da planta, padronização dos elementos de construção, emprego racional dos materiais, eliminação de toda decoração supérflua e "uma arquitetura lógica e sincera que procura soluções internas perfeitas".

Aprofundando sua reflexão sobre o tema, no ano seguinte publicou o livro *O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Pensões* (PORTO 1938), fonte básica para o conhecimento das propostas que circulavam no Ministério do Trabalho no momento em que os IAPs começaram a desenvolver os projetos dos grandes conjuntos residenciais. Ligado à Igreja católica, Porto não deixou de enfatizar, como era regra no pensamento conservador, as estreitas relações entre casa e família. No entanto, revelava clara inclinação por soluções mais modernas, propondo um modelo de conjunto residencial fortemente influenciado por Le Corbusier, que tinha estado no Rio de Janeiro há pouco tempo. Assim, defendia:

1) A edificação de conjuntos habitacionais isolados do traçado urbano existente: "Bem pouco valeria construir habitações econômicas e as dividir

Conjunto Residencial Vila Guimarães, em Santo André (SP), com 1.400 unidades, exemplo de segregação em relação ao tecido urbano existente.



em pequenos lotes, misturados entre as construções urbanas existentes, numa outra era, com toda a promiscuidade dos cortiços vizinhos" (PORTO 1938:57).

2) A construção de blocos: "Atendendo à preocupação de economia, a construção de grandes blocos traz a vantagem de [...] serem passíveis de serem previamente fabricados e estandarizados" (PORTO 1938:43-4).

3) A limitação da altura dos blocos: "No caso da edificação de blocos de apartamentos, somos de parecer que os mesmos, quando desprovidos de elevador, não deverão ultrapassar quatro pavimentos" (PORTO 1938:43).

4) O uso de pilotis: "Com relação ao emprego dos pilotis, tenho ainda a salientar que o mesmo recupera 95% da área construída [...]. Seu emprego assegura a todos os apartamentos visibilidade para o horizonte e contato com a natureza (uma das maiores conquistas da arquitetura contemporânea), evitando que os apartamentos situados no térreo sejam constantemente devassados e, portanto, desvalorizados [...]. Usar o espaço ganho para 'recreio das crianças' é muito importante" (PORTO 1938:45).

Quanto a isso, é interessante notar como o discurso conservador e moralista, de crítica ao espaço público não controlado (cujo melhor exemplo é o bar e as rodas de malandragem), se associa a uma proposta moderna (os pilotis), que aparecia como solução de lazer e sociabilidade sadia, num ambiente controlado ao qual só os "trabalhadores" teriam acesso:

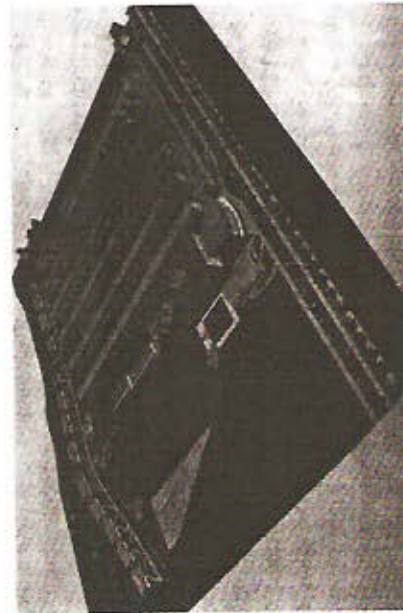
Ora, não tendo em que se ocupar, no falta de melhor meio social, o operário é naturalmente atraído pelas "rodas" nos botecoquins, onde imperam os vícios e os maus costumes. Os "pilotis" resolvem, portanto, mais este problema, aliás de alta relevância social, de vez que naquela área agradável e amena, em constante contato com a natureza, os homens podem se reunir à noite e nas suas horas de lazer, organizando diversões, jogos, palestras etc. Com um pouco de jeito e persistência, pode-se forçar o operário a frequentar com assiduidade essas reuniões, bastando para tal atraí-lo por meio de distrações, como sejam: leitura de jornais (gratuitos), um bom rádio, pingue-pongue, bilhar, xadrez, damas e mesmo cartas (baralho), que geralmente tanto aprecia. (PORTO 1938:46)



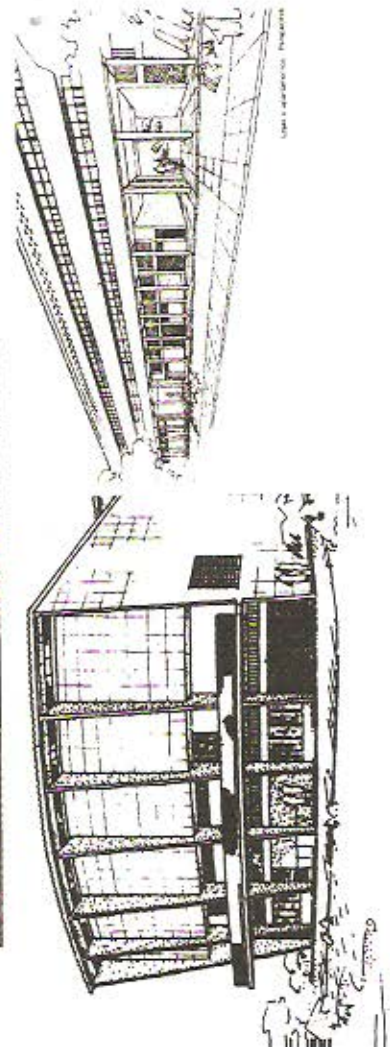
Exemplo de uso de pilotis, liberando o espaço do térreo, no conjunto residencial do IAPI em Santos.

5) A adoção dos apartamentos duplex: "Entre os tipos de apartamentos, adotamos o do sistema 'duplex' pelas reais vantagens que apresenta [...] Oferece uma economia de 15% de espaço e de 20% nas despesas com cores, móveis, iluminação etc. A grande vantagem, no entretanto, é a decorrente da instalação em dois pisos, que traz a real separação da parte de uso diário da outra, havendo assim mais tranquilidade e intimidade" (PORTO 1938:43).

6) Os processos de construção racionalizados e a edificação de conjuntos autônomos: "O problema a resolver consiste no projeto de uma vila de duas mil moradias econômicas a serem construídas em série por processos racionalizados. Parece-nos que a solução que se impõe no caso é a das 'neighbourhood unit cells', isto é, dos conjuntos urbanos que a si mesmo se bastam. Em cada um deles os seus habitantes devem encontrar tudo o que precisam — exceto o trabalho —, cada unidade celular possuirá pois a sua escola, a sua igreja, os seus 'playgrounds', o seu comércio. Dentro de cada unidade não haverá em regra senão o tráfego pedestre: as vias de comunicação que põem as unidades em ligação com o resto da cidade devem estar na periferia" (PORTO 1938:51).



Conjunto Residencial Ipiranga, do IPASE, projeto de 1947, não construído, do arquiteto Álvaro Vital Brazil: ao lado, vista geral da implantação, onde se destaca ampla área destinada a equipamentos sociais; embaixo, cinema e bloco de apartamentos com comércio no térreo.



7) A articulação dos conjuntos habitacionais com planos urbanísticos: "[...] o problema da habitação econômica é antes de mais nada um problema urbanístico [...]. Deve-se concentrar os programas de habitação barata sobre grandes planos de organização regional, segundo eixos cuidadosamente estudados, auto-estradas em relação às riquezas naturais existentes, rios, florestas e vales" (PORTO 1938:59-61).

8) A entrega da casa mobiliada de forma racional: "[...] deveria-se prover a casa dos móveis e utensílios de que iriam forçosamente carecer os seus moradores. [...] A entrega da casa, devidamente mobiliada, oferece, além da vantagem de ordem econômica [...] a de ordem higiênica [...]. Nos quartos e salas das casas de muita gente a única abertura de iluminação e ventilação se encontra, se não totalmente, pelo menos em parte, obstruída pela necessidade de instalar um grande armário, comprado ou ganho sem atender ao local respectivo; dispensará, por certo, a citação das demais inconveniências desses móveis adquiridos, a juros altos, aos judeus das vendas a prestações [...]. O lado econômico estaria atendido com as compras feitas em grosso [...]" (PORTO 1938:35-6).

Porto — que participou da delegação oficial brasileira ao 1º Congresso Pan-Americano de Vivienda Popular, em Buenos Aires, em 1939 — fazia parte do grupo de reformadores sociais do Ministério do Trabalho, defensores da intervenção do Estado no setor habitacional. Sua obra talvez seja a primeira a estabelecer de modo sistemático diretrizes para essa intervenção, em particular normas para conjuntos habitacionais. Por isso, e pela sua posição de assessor do ministro do Trabalho, ele deve ter tido grande influência sobre a atuação dos Institutos.

Estes, no entanto, estavam longe de realizar uma intervenção improvisada no campo da habitação social. Embora não fossem propriamente órgãos de política habitacional, a perspectiva de construir conjuntos como investimento financeiro os levou a elaborar com cuidado projetos e obras. Para tanto, como ressaltou FARAH (1983:72), os Institutos criaram departamentos especializados em projeto e engenharia, que se consolidaram no período das grandes realizações, entre 1946 e 1950. A esses departamentos coube a tarefa de desenvolver projetos e elaborar propostas para a produção em massa de moradias. Eles foram, certamente, os primeiros departamentos técnicos públicos a se preocupar com a questão no Brasil, sendo possível identificar posturas de projeto específicas em cada um dos Institutos, com maior ou menor influência do movimento moderno.

Índice da relevância da produção realizada pelos IAPs é a quantidade de prêmios por eles recebidos no VI Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em 1940 em Montevideu. Foram premiados o trabalho sobre tipologias habitacionais do IAPI, de Carlos Frederico Ferreira (Medalha de Ouro), e o projeto de M. M. Roberto para o Conjunto Residencial da Penha; ainda tiveram menções honoríficas as propostas dos IAPs dos Marítimos, dos Comerciais e dos Bancários (ARQUITETURA E URBANISMO, 1940: 106-142 e FERREIRA 1940:77-91).

Entre os arquitetos que participaram do processo de produção habitacional dos IAPs, Carlos Frederico Ferreira foi um dos mais importantes. Chefe do setor de arquitetura e desenho da Divisão de Engenharia do IAPI desde a criação das Carteiras Prediais até sua extinção em 1964, ele foi autor, ainda na década de 1930, do projeto do primeiro bloco habitacional moderno — no conjunto residencial do Realengo, no Rio de Janeiro, implantado entre 1939 e 1943. Elaborou, também para o IAPI, o projeto da Vila Guiomar, em Santo André, e de diversos outros edifícios. Colega de Oscar Niemeyer e de Abelardo de Souza, entre outros, no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes no início dos anos 30, Ferreira teve seus projetos habitacionais publicados no exterior, nos livros de Goodwin (1943) e Mindlin (1956), mas no Brasil seus trabalhos são quase desconhecidos.

Segundo o arquiteto, em depoimento ao autor, os presidentes do IAPI durante o Estado Novo e o governo Dutra, engenheiros Plínio Castanhede e Pedro Alim, respectivamente, tiveram papel decisivo na produção habitacional do órgão, escolhendo pessoalmente os arquitetos que foram contratados e proporcionando-lhes total autonomia. Dos Institutos, o IAPI foi o que mais fortemente assumiu as propostas do movimento moderno. Ferreira ressaltou o papel de Castanhede no desenvolvimento de projetos de grande dimensão, iniciado pelo empreendimento do conjunto do Realengo, que foi incêdito no Brasil, numa época em que "ninguém pensava em empreendimentos com mais de 200 casas":

O presidente me chamou e eu fui lá para ver um projeto, que tinha que fazer, de simplesmente 2.000 habitações. Isto era um negócio muito chocante, porque na época em que nós vivíamos [1938], a intenção de financiar habitação era muito precária, os governos eram tímidos, o máximo que o governo construía era 200 casas.

Mas, de repente, veio o IAPI e disse que ia fazer 2.000 habitações. 'Poxa', o negócio era chocante, abriu uma exceção fabulosa. O presidente do Instituto, Plínio Castanhede, me chamou e perguntou se isto era viável, se era possível fazer 2.000 habitações.

Eu disse 'mas é claro que é possível, preciso saber onde é que vai fazer duas mil habitações'. (FERREIRA, depoimento ao autor, 1994)

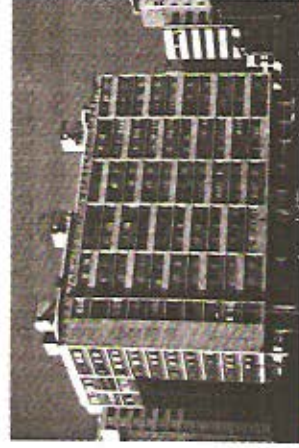
A grandiosidade foi de fato uma das características da atuação dos Institutos. A magnitude da produção habitacional e do espaço por eles edificado na década de 40 foi extraordinária, em comparação com o que até então havia sido feito no país. Só o IAPI, até 1950, elaborou projetos para 36 conjuntos habitacionais, alguns de enormes dimensões para a época (mais de 5 mil unidades), totalizando 31.587 unidades em treze estados brasileiros. Nem todos os conjuntos chegaram a ser concluídos, mas, apenas para a construção dos conjuntos do Plano A, o IAPI importou, entre 1948 e 1950, cerca 1,33 milhão de sacas de cimento (IAPI 1950:300).

Coerentemente com o que pensavam os arquitetos modernos, para o IAPI, "construir habitações econômicas é fazer ao mesmo tempo e necessariamente

urbanismo" (IAPI 1940). Assim, a aquisição foi obtida através do recebimento de dividas) de um verdadeiro banco de terras foi outra ação importante do Instituto, combinando uma preocupação de formação de um patrimônio como reserva de valor para preservar os fundos previdenciários com a necessidade de implementar grandes projetos habitacionais. De acordo com FERREIRA (1983:64) "os IAPs adquiriram grande quantidade de terrenos urbanos em diversos pontos do país".

Então o Instituto comprou uma área enorme em Realengo, no Rio de Janeiro. Eu fui lá ver a área, era uma área enorme e permitia fazer duas mil habitações e muito mais coisas. (FERREIRA, depoimento ao autor, 1994)

O volume de obras construídas ou financiadas pelo IAPI na década de 40 foi provavelmente maior que o de qualquer outro órgão ou empresa individuais até então. Suas realizações, até 1950, somavam 17.725 unidades habitacionais



Exemplos da diversidade de programas e de soluções arquitetônicas em projetos do IAPI: ao lado, edifícios Anchieta, em São Paulo (arg. M. M. Roberto) e Inconfidência, no Recife (arg. C. F. Ferreira); acima, Conjunto Residencial Terra Nova e escola no Conjunto Residencial da Penha, ambos no Rio de Janeiro.

de interesse social em conjuntos do próprio Instituto, os quais também incluíam escolas e equipamentos comunitários; 7.940 imóveis financiados para moradia de associados; 4.942 unidades habitacionais de classe média financiadas pelo Plano C, localizadas em 663 edifícios de apartamentos (incorporações); além do financiamento da construção de 1.161 unidades habitacionais em conjuntos residenciais de empregadores, 20 instituições hospitalares, 15 sedes de sindicatos, 26 edifícios de lojas e escritórios e 10 instituições educativas.

Não é de estranhar, portanto, que os IAPs tenham acumulado investigações e reflexões sobre várias facetas da construção civil, como projetos arquitetônicos e urbanísticos, procedimentos construtivos — sempre voltados para a racionalização e a redução de custos —, busca de materiais alternativos e aspectos sociais e administrativos.

A inovação na introdução de novos materiais estava diretamente relacionada com a busca de barateamento, como revela FERREIRA (1940:77), falando sobre o conjunto do IAPI em Realengo: "A pesquisa do custo mínimo levou-me a considerar alguns materiais pouco usados até agora entre nós. Quero me referir principalmente ao emprego de blocos prensados de concreto usados em substituição aos tijolos comuns de cerâmica e as placas compensadas e revestidas para divisões internas. As vantagens econômicas são consideráveis e quanto às qualidades técnicas dos materiais em apreço, a construção de um grupo experimental confirmou inteiramente as previsões feitas." Cinquenta e quatro anos depois, poucos meses antes de sua morte, Carlos Frederico Ferreira dá mais detalhes sobre a implantação de uma das primeiras (ou seria a primeira?) usinas de pré-fabricação de componentes implantada no país:

Duas mil habitações você não faz em um dia. Nós tivemos um período de adaptação e de estudo para organizar o projeto e a obra.

Neste período, o presidente do IAPI, engenheiro Plínio Castanheira, fez uma viagem aos EUA e lá ele descobriu uma máquina que eles tinham inventado, de fazer blocos de concreto grandes, bem maiores do que destes de 30cm x 20cm, destes que se fazem hoje a três por dois. Estava fazendo sucesso e então ele queria que se fizesse também neste esquema as casas do Realengo e então eu saí para outros esquemas de casa, que fazia e não precisava revestir nem nada. Nós fizemos os blocos, esta máquina fez o maior sucesso em Realengo; tinha um engenheiro lá que ficou muito interessado na máquina e queria fazer blocos menores e realmente fez e produziu uma máquina para fazer blocos de cimento menores e fez direitinho.

A máquina fez um sucesso relativo, porque na hora de você começar, verificava que tinha detalhes que criavam problemas malucos, principalmente nos encontros de parede. Era um problema, mas eu resolvi todos os problemas e esta máquina ficou falada, fez o maior sucesso. Hoje tem essa máquina em todo canto, mas naquela época ninguém conhecia. (FERREIRA, depoimento ao autor, 1994)

O conjunto do Realengo — como o primeiro de grandes dimensões — parece mesmo ter sido um enorme campo experimental para o teste e desenvolvimento de novos materiais e tipologias de projeto: "Como um primeiro ensaio para soluções futuras, foi previsto na zona central do conjunto um prédio de habitação coletiva com apartamentos. No pavimento térreo foram localizadas as lojas" (FERREIRA 1940:77).

Como se vê, no IAPI, sobretudo no período das presidências dos engenheiros Plínio Castanheira e Pedro Alim, estruturou-se uma concepção consistente sobre a habitação econômica, certamente influenciada por Ferreira, que viria a orientar a produção do período. A análise das diretrizes adotadas pelo Instituto mostra que, em 1950, esse órgão já havia atingido maturidade institucional no setor habitacional, baseada em conhecimento teórico e experiência concreta, como mostra o relatório da gestão Alim (IAPI 1950:291-378). O papel dos presidentes dos IAPs parece ter sido decisivo para os rumos que cada órgão tomou: "O Getúlio criava a organização (Instituto) e depois dependia do presidente. Nós tivemos sorte, o IAPI era um dos melhor organizados. Os nossos presidentes, o Plínio e o Pedro Alim, eram esclarecidos. Contrataram ótimos arquitetos. Eles que escolhiam." (FERREIRA, depoimento ao autor, 1994).

As diretrizes do IAPI seguiam de modo rigoroso a visão de que habitação não é só a moradia: "Construir habitações econômicas é fazer, ao mesmo tempo e necessariamente, urbanismo" (IAPI 1940). Elas previam a criação, junto à moradia, de escolas, creches, serviços de assistência médica, centros comerciais, espaços livres, campos de esportes, estações de tratamento de esgoto etc., além do reforço das redes de abastecimento de água (IAPI 1940 e 1950). "Sim, porque eu não queria fazer só habitações. Habitação, na época, para eles, era fazer uma casa, aquela casa 'dois quartos e sala' e está acabado. Pronto, o resto vem depois! Mas eu não, queria fazer habitação mesmo, habitação como eu achava, com escola, edifício de apartamento com comércio, equipamentos. Eu previ até um circo." (FERREIRA, depoimento ao autor, 1994).

Buscando o melhor aproveitamento dos recursos para "obtenção de residência a baixo custo, acessível a grandes massas de associados", optou-se de maneira explícita pela "moradia em edifícios coletivos". Para o IAPI (1950:291), "a construção em série, apresentando características de produção industrial, possibilita a obtenção de custos baixos, sem prejuízo de um padrão construtivo satisfatório; [...] a concentração em altura permite a diminuição do valor da cota parte do terreno e da urbanização".

Criticava-se a "solução baseada na moradia individual, construída no centro do terreno", a ser evitada pois levaria à expansão horizontal da cidade, bem mais onerosa: "Os gigantescos núcleos, constituídos por filas intermináveis de casas, obrigam à criação de oneroso e complexo sistema de transporte e comunicações, exigindo encargos vultosos no estabelecimento e manutenção dos serviços de utilidade pública em geral (água, luz, calçamento, esgotos)" (IAPI 1950:291).

Em função desta análise, a partir da edificação do bloco vertical de Realengo — “o primeiro ensaio para soluções futuras”, como escreveu Ferreira em 1940 — o IAPI vai adotar na maioria dos conjuntos situados nas principais capitais uma tipologia baseada em blocos laminares de quatro andares. Mas isto não significou — pelo menos nos projetos dos anos 40 — soluções padronizadas e monótonas, como na produção das BNH/Cohabs. Cada empreendimento representou uma articulação espacial específica, como pode ser verificado no Caderno de Imagens 2.

Defendia-se claramente a socialização da terra: “A substituição dos quintais, nem sempre convenientemente tratados, por áreas coletivas destinadas a recreio e edificação dos moradores, torna-se, de maneira geral, medida de grande alcance [...] Os conjuntos residenciais, constituídos de edifícios coletivos elevados, convenientemente dispostos no interior de amplas áreas de utilização comum, representam, pois, a melhor solução do problema” (IAPI 1950:292). A análise do IAPI sobre a opção tipológica estava fortemente relacionada com o custo dos terrenos. Recomendava, para as cidades médias — onde o preço da terra fosse mais baixo, não se justificando a verticalização —, a construção de ranchos de casas geminadas, implantados sem delimitação do lote individual, mantendo as áreas livres como coletivas. Foi a solução adotada em Campinas, Taubaté e Jundiaí.

Para além da função social, os objetivos atuariais que orientaram a construção dos conjuntos residenciais dos Institutos foram relevantes no processo mais geral de produção dos empreendimentos. Destaca-se o fato de a burocracia dos IAPs conceber a edificação habitacional sobretudo como inversão dos fundos previdenciários com vistas à formação de um patrimônio, dando importância à qualidade e durabilidade do produto, não só com o objetivo de satisfazer os futuros moradores, mas como forma de garantir o investimento.

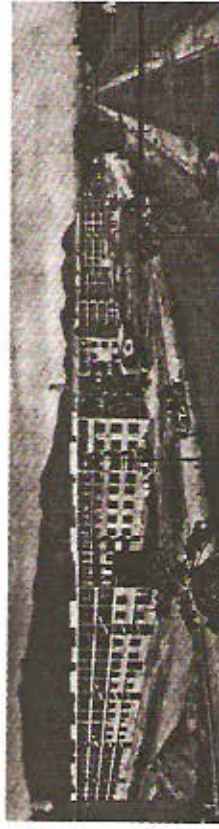
A preocupação com o capital imobilizado no decorrer da obra levou a iniciativas para elevar a produtividade, num esforço de padronização e redução do tempo de construção. Não é, portanto, apenas por opção estética ou formal que os Institutos adotaram o ideário da arquitetura moderna, impregnado que este estava de preocupações com a economia, racionalidade, produtividade, produção em massa, padronização.

Os projetos devem ser padronizados, tanto quanto o permitirem as condições do meio, objetivando sempre economia em todos os pontos não essenciais ao dimensionamento da habitação, de modo a tomar o valor construtivo compatível com os salários médios locais. As instalações devem ser simples, padronizadas e duráveis e as estruturas permanentes, evitando-se soluções provisórias que possam comprometer a preservação da garantia durante o período de recuperação do capital empregado. (IAPI 1950:292)

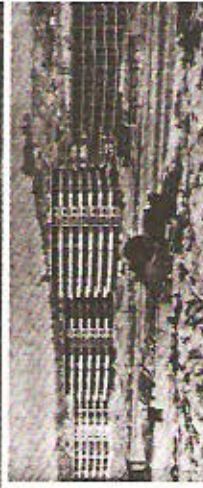
Baratear, sem perder as condições mínimas de habitabilidade, era a preocupação central do IAPI, como ressalta FERREIRA (1940:77): “colocar as unidades ao alcance da grande maioria dos associados de salário modesto, isto é,

estabelecendo o preço mínimo sem sacrificar, todavia, as condições indispensáveis de higiene e conforto”. No apartamento do bloco do Realengo essa preocupação é visível, resultando no que poderia ser considerado uma habitação mínima, de cerca de 30m², com uma cozinha que não chega a 3m².

Como seria de esperar em um conjunto de procedimentos tão inovadores, os Institutos enfrentaram problemas de ordem legal para conseguir a aprovação de seus projetos pelos órgãos públicos, sobretudo devido às restrições dos códigos e posturas municipais: “Os pontos principais de colisão dizem respeito ao loteamento, à concentração em altura (gabarito), ao pé direito mínimo e à disposição das vias de circulação” (IAPI 1950:293). Portanto, nos primórdios da habitação social no Brasil, já se notava a necessidade de “atualização dos códigos de posturas, de modo a comportar a consideração dos núcleos de residência de tipo popular, construídos sem propósito de lucro”. Em alguns casos, como no conjunto da Várzea do Carmo, o projeto foi aprovado à margem das exigências legais aplicáveis, expediente precursor das atuais leis ou decretos de habitação de interesse social.



Acima, Conjunto Residencial do Bangu, no Rio de Janeiro; ao lado, Cidade Industrial, em Belo Horizonte, em ritmo acelerado de construção no final dos anos 40.



O porte inusitado das obras realizadas pelo IAPI no período do pós-guerra exigiu de sua divisão de engenharia a solução de inúmeros problemas, entre os quais um dos mais complicados foi a aquisição de materiais num mercado submetido à escassez. Outro foi a falta de padronização dos materiais, indispensável para a produção em série de moradias. Apesar disso, e do volume da produção, os conjuntos do IAPI no período do pós-guerra foram erguidos com surpreendente rapidez: no Distrito Federal, o núcleo do Areal, com 600 unidades, foi erguido em cinco meses; o conjunto do Bangu, com 1.504 unidades, em um ano; e o da Penha, incluindo urbanização, escola, ginásio e 1.248 unidades habitacionais, em dois anos. Essa redução do tempo de construção era uma das grandes preocupações do IAPI:

(...) a experiência do Instituto neste setor aconselha a adoção de um ritmo acelerado de obras, pois a abreviação da fase construtiva conduz a resultados práticos de extrema relevância. A primeira consequência diz respeito à antecipação da locação e da respectiva renda, o que justifica a adoção de meios tendentes a acelerar o andamento. Por outro lado, a redução do tempo de imobilização do capital no período construtivo alivia o encargo de juros da inversão, à medida que decresce o prazo de custeio. A rapidez de construção contribui, igualmente, para o barateamento das despesas administrativas com a direção e fiscalização das obras. (IAP 1950:295)

As questões e preocupações presentes nos documentos do IAPI, em 1950, mostram que o órgão havia reunido um corpo técnico preparado para formular uma política habitacional consistente. Infelizmente, não era este o principal objetivo dos Institutos, voltados sobretudo para a previdência. Assim, ao constatarem o pífio retorno de seus investimentos, consequência do congelamento dos aluguéis impostos pela Lei do Inquilinato, reduziram drasticamente as inversões.

Embora o IAPI tenha sido o Instituto que mais se estruturou para equacionar a produção de habitação social, outros Institutos também desenvolveram suas próprias políticas. O IAPC criou um departamento técnico de engenharia, que formulou uma política baseada inicialmente em três tipologias: "blocos de apartamentos, residências coletivas para comerciantes solteiros e vilas comerciais suburbanas" (IAPC 1941:35). Dentre os técnicos do IAPC se destacou o engenheiro Ulysses Hellmeister, que fez da preocupação com a economia o eixo de suas propostas: "O preço elevado dos terrenos e sua urbanização, somados aos altos custos da mão-de-obra e materiais de construção tornam a habitação praticamente inacessível aos trabalhadores em geral. Para contornar essa situação é necessária a redução do custo de obras, o que só é possível com a padronização dos materiais de construção, a construção em série, industrialização e o provimento de indústrias próprias (dos Institutos)" (HELLMEISTER 1947:137).

Baseado nesta lógica econômica, em algumas das vilas suburbanas do IAPC optou-se por habitações coletivas, apesar deste Instituto considerar a casa individual uma solução melhor: "... o elevado preço dos lotes, com os seus arruamentos em geral onerosos, tornam aqui o baixo preço da habitação operária um verdadeiro mito. Dai a importância enorme que assume a solução das habitações coletivas... A habitação isolada seria a melhor solução, não a mais oportuna" (IAPC 1941:36).

De fato, a opção do IAPC por casas isoladas implantadas em lotes tradicionais parece ter predominado, como demonstram inúmeros conjuntos no interior do Estado de São Paulo (Araçatuba, Barretos, Bauri, São José do Rio Preto etc.). No entanto, o órgão implementou também projetos inovadores, como a Cidade-Jardim dos Comerciantes em Olaria, DF (HELLMEISTER 1944:56-58), e em Recife, onde unidades habitacionais sobrepostas são implantadas em blocos dispostos

em uma área pública, sem divisão em lotes e com o acesso através de ruas de pedestres. O próprio HELLMISTER (1944:58), no entanto, reconheceu que o caráter inovador de seu projeto sofreu muitas críticas, defendendo-se com o argumento da economia: "Bem sentimos as críticas que se vêm fazendo sobre este projeto. Não temos dúvida de que sua concepção se afasta muito dos métodos clássicos em uso. Entretanto, ele não resultou de um devaneio utópico: foi a consequência de uma imposição econômica aliada à necessidade premente de se proporcionar uma habitação humana, capaz de atender a uma classe tão laboriosa como a do comércio, e ao alcance das suas possibilidades".

Outra direttriz inovadora do IAPC foi a preocupação de viabilizar habitação para seus associados nas áreas centrais, próximas ao emprego. Com este objetivo foram desenvolvidos projetos destinados exclusivamente para comerciantes e bancários solteiros, compostos de prédios com unidades habitacionais mínimas e equipamentos de apoio: "O Instituto se dispõe a levantar, perto da zona comercial mais densa da cidade, grandes residências coletivas, tecnicamente administradas, providas de restaurantes, escolas, posto médico, onde o empregado solteiro encontre conforto e higiene capazes de tornar a sua vida menos precária" (IAPC 1941:36).

Mas o Instituto que mais se empenhou em implantar seus empreendimentos em áreas centrais ou localizações privilegiadas foi o IAPB, que deu prioridade para a construção de edifícios residenciais verticais. Seja nas grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, seja em cidades pequenas ou médias como Araçatuba, Marília, Ribeirão Preto, Araguaari, Uberaba, Ponte Nova, Campinas etc. — onde às vezes foram empreendimentos verticais pioneiros — construíram-se os imponentes "Edifícios dos Bancários", destinados a famílias de uma categoria que, na época, era melhor remunerada. Mas o IAPB também construiu para solteiros, com um projeto de 1954 de M. M. Roberto, na original Casa da Bancária "...destinada à residência das bancárias que vivem sós, em pensões ou quartos alugados... O edifício... possuirá quatro pavimentos, sobre pilotis... dividido em 50 apartamentos, incluindo ainda jardim, área para recreação, restaurante, lavanderia e sala de estar, dentro portanto de toda a técnica moderna" (IAPB 1953:47). Esta solução — que radicaliza a proposta de célula individual mínima complementada por equipamentos — se aproxima, enquanto modo de morar, das casas-comunais soviéticas, como destacou ANTUNES (1997:52).

Como se vê, em vários Institutos buscou-se inovar, tanto no "modo de morar" como nos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Mas os IAPs não eram órgãos habitacionais e sua atuação tornava-se relativamente limitada. Enquanto isto, a Fundação da Casa Popular, que tinha a atribuição específica de enfrentar a questão habitacional, estava muito distante do nível de pioneirismo dos IAPs, administrando seus conjuntos habitacionais de maneira paternalista (AZEVEDO Et ANDRADE 1982) e adotando projetos muito mais conservadores, como revela sua opção preferencial pela casa própria e por unidades unifamiliares isoladas.

Entretanto, mesmo na FCP nota-se a influência da arquitetura moderna, como no Conjunto Residencial em Deodoro, projeto do arquiteto Flávio Marinho Rego (RCSO 1953 e 1954), realizado na primeira metade dos anos 50, que é fortemente inspirado na solução de Pedregulho — embora ali a topografia seja totalmente diferente. Por outro lado, a FCP buscou — ao menos no terreno das intenções — soluções mais apropriadas às diferentes realidades regionais, rompendo com a centralização de projeto que caracterizava os IAPs. De qualquer maneira, a produção da FCP ainda precisa ser melhor conhecida.

Dado o nível técnico e administrativo alcançado pelos Institutos, pode-se imaginar a potencialidade que teria uma ação governamental mais coordenada, que conjugasse recursos, quadros técnicos e estratégia para enfrentar a questão habitacional do país. Neste sentido, o retorno dos financiamentos para reinvestimento em novos empreendimentos habitacionais seria indispensável e era a chave de toda a estratégia dos Institutos e de seu corpo técnico, que adotavam princípios arquitetônicos, construtivos e urbanísticos como instrumentos para viabilizar economicamente o acesso de trabalhadores de baixa renda a uma habitação digna. No entanto, a ambiguidade da intervenção habitacional, o paternalismo e a ausência de mecanismos para enfrentar a inflação crescente, seja em relação aos aluguéis como às prestações, acabaram por inviabilizar a produção massiva de habitação que se pretendia. Infelizmente, as características do Estado populista limitaram esta experiência:

"Getúlio, quando fez isto, tinha o lado político, tinha muito emprego, os Institutos eram um cobide de emprego. O Getúlio estava interessado na inauguração. Acho que eu tenho uma foto dele na inauguração do Realengo." (FERREIRA, depoimento ao autor 1994)

Os conjuntos residenciais dos IAPs

Não é o caso de analisar de maneira exaustiva a arquitetura dos conjuntos residenciais dos IAPs, mas apenas examinar alguns dos mais significativos com o objetivo de mostrar sua importância na introdução da arquitetura e urbanismo modernos no Brasil e na difusão de novas tipologias de habitação social. Pretende-se mostrar como a arquitetura brasileira enfrentou o desafio de desenhar a habitação social nos anos 40, repensando a implantação urbana e o projeto dos blocos habitacionais de uma maneira que iria exercer grande influência nas décadas seguintes. O quadro completo da produção habitacional pública e privada do período somente será traçado após a finalização de uma pesquisa específica sobre o tema, em andamento (BONDUKI & SAMPAIO 1995).

Os conjuntos residenciais tiveram grande impacto nas cidades brasileiras nos anos 40 e 50, não só pela área construída, mas sobretudo pelos seus programas inovadores, onde se associavam edifícios de moradia com equipamentos sociais e recreativos, áreas verdes e de lazer, sistema viário etc. Nesses verdadeiros núcleos urbanos procurou-se criar um espaço capaz de propiciar o surgimento de um novo modo de vida operário; moderno, coletivo, adequado ao modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado. Nas suas origens, portanto, a habitação social no Brasil articulou-se com o embrião de um projeto de sociedade e de desenvolvimento nacional e sua arquitetura refletia tal preocupação.

Essa perspectiva manifesta-se sobretudo nos conjuntos construídos pelos IAPs e pelo Departamento de Habitação Popular do DF, com implantações e tipologias de projetos que contribuíram para a consolidação da moderna arquitetura brasileira. Os pioneiros livros publicados no exterior sobre a arquitetura brasileira — GOODWIN (1943) e MINDLIN (1956) —, os maiores divulgadores deste período heróico, já destacavam os conjuntos de Santo André e do Realengo, ambos do IAPI e projetados por Carlos Frederico Ferreira, ao lado dos edifícios do MEC, ABI, Ester e outras obras famosas do período. GOODWIN (1943:97) chegou mesmo a dedicar um parágrafo sobre os projetos de habitação social, destacando o trabalho de Attilio Corrêa Lima:

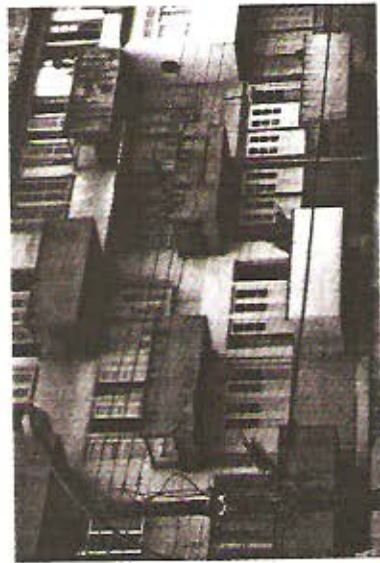
There are a number of projects, several of them under construction, for large low-cost housing developments such as have been done in Europe and, more recently, in the United States. Attilio Corrêa Lima has planned a large scheme for the industrial section of São Paulo. It will include a number of high apartment houses, work-shops and community buildings. Realengo is an interesting housing experiment with apartments as well as single houses.

A introdução de uma nova forma de enfrentar a questão da habitação foi bastante rápida pois, até meados dos anos 1930, ainda predominavam no país as moradias típicas da produção rentista: as vilas, em geral renques contínuos de casas geminadas, de um ou dois pavimentos, formando ruas estreitas no interior dos quarteirões, ou as casas isoladas no centro do solo. Obedecia-se a uma implantação urbana tradicional, com ruas, quarteirões, lotes e casas. Inexistia a própria idéia de conjunto habitacional. Pela lógica rentista, não havia interesse em edificar outros equipamentos além da moradia, com exceção daquelas vilas operárias em que a preocupação do empregador com o controle do trabalhador, moral e político, fosse tão forte que justificasse o investimento. Salvo estes casos excepcionais de vilas ou cidades empresariais, como a Maria Zélia, não se concebiam núcleos que combinassem unidades de moradia, áreas comerciais, escolas e outros equipamentos.

Nos primórdios da intervenção pública, ou seja, com os primeiros empreendimentos das Caixas de Aposentadorias na década de 1930, os projetos que procuravam escapar ao modelo das casas geminadas adotavam a casa unifamiliar no centro do lote, com ornamentação tradicional e complexidade construtiva

infra-estrutura completa (rede de água, luz e esgoto, galerias de águas pluviais, pavimentação e estação de tratamento de esgoto), seu projeto incluiu vários serviços de caráter coletivo — escola primária para 1.500 alunos, creche para 100 crianças, ambulatório médico, gabinete dentário, quadras para a prática de esportes, templo católico e horto florestal — que foram efetivamente implantados.

O conjunto compunha-se de unidades unifamiliares — casas geminadas duas a duas e casas geminadas em fileira — e blocos de apartamentos de quatro andares — “ensaio para soluções futuras”, como afirmou o autor. O bloco principal, com 60 unidades, era imponente e gracioso na fachada principal, com balcões intercalados criando um rico jogo de volumes, que ANUNES (1997:71) compara enquanto solução ao projeto de Gropius para a residência estudantil da Bauhaus, em Dessau (1926). Nos fundos, galerias lineares externas possibilitam o acesso aos apartamentos, células habitacionais mínimas, de quarto, sala, cozinha e banheiro, totalizando menos de 30m². O espaço público formado pelos dois blocos paralelos que ladeiam a avenida criou uma forte referência espacial e social, posto que no térreo ficavam situadas lojas, serviços e equipamentos sociais.



Jogo de volumes criado pelos balcões na fachada do bloco principal do Conjunto Residencial do Realengo, adotado por Gropius em Dessau.

Em vários outros grandes conjuntos projetados pelo IAPI — Del Castillo (Rio de Janeiro, 1.520 unidades), Bangu (Rio de Janeiro, 5.000 unidades), Várzea do Carmo (São Paulo, 4.038 unidades), Penha (Rio de Janeiro, 1.248 unidades), Passo de Areia (Porto Alegre, 2.496 unidades), Vila Guiomar (Santo André, 3.000 unidades), Areias (Recife, 1.450 unidades), apenas para citar aqueles projetos originalmente com mais de 1000 unidades, foram propostos amplos programas de equipamentos, incluindo sempre escola, ambulatório ou serviço de saúde, quadras esportivas e área livres e, em alguns casos, ginásios cobertos de esportes, cinemas, centros comerciais e serviços administrativos.

Assim, tentou-se colocar em prática a proposta que Vargas havia apresentado no discurso do Dia do Trabalho de 1944: a edificação de “cidades-modelo”, com os fundos da previdência social. Concretizava-se nesses núcleos o ideal de proteção e controle do trabalhador, com a criação de um espaço totalizador,

imprópria à produção em série. É o caso, entre outros, dos conjuntos construídos pela Caixa de Aposentadorias e Pensões da Central do Brasil, no Méier, Rio de Janeiro; pela Caixa de Aposentadoria e Pensões da Light, no Engenho Novo, Rio de Janeiro; pela Caixa de Aposentadoria e Pensões da Rede Mineira de Viação, em Belo Horizonte; e pela Caixa de Aposentadoria e Pensões da Leopoldina Railway, na Tijuca, Rio de Janeiro.

A preferência pela casa isolada, com recuos laterais e frontal, nesses primeiros empreendimentos, reflete ainda a influência dos higienistas que, no início do século, haviam privilegiado tal solução. Na década de 1930, portanto, ainda predominava uma concepção que defendia, para o operário, um modelo de moradia que reproduzia em miniatura o palacete pequeno-burguês, em oposição à promiscuidade do cortiço e à aglomeração apenas tolerada da casa geminada de vila.

A revisão deste modelo, com a difusão das propostas modernas, mostra a importância da intervenção do Estado. Somente um decisivo apoio do Estado, no caso através dos Institutos, poderia ter sido capaz de, em tão pouco tempo, revisar de modo tão radical o modelo de habitação adequada para o trabalhador. Nesse sentido, o novo modelo era, simbólica e concretamente, a expressão desse momento em que o Estado se fortalecia na condição de protetor dos trabalhadores e de responsável pelo atendimento de todas as suas necessidades.

Os objetivos de ordem, controle, subordinação, reeducação, significação etc., tão característicos da visão estado-novista, encontraram nesses núcleos habitacionais de inspiração moderna o espaço propício para sua difusão. As soluções arquitetônicas e urbanísticas adotadas não podem, portanto, ser consideradas neutras: eram parte integrante de um projeto político-ideológico, no qual as novas concepções formais e espaciais se adequavam à estratégia mais ampla do nacional-desenvolvimentismo.

A maioria dos projetos mais inovadores foi construída na década de 1940, quando ocorre um ciclo de projetos habitacionais de concepção moderna. Nota-se forte influência das *Siedlungen* alemãs do período entre as guerras, dos *Höfe* vienenses, das *unites d'habitation* corbusianas e dos grandes projetos racionalistas de habitação social do período posterior à Segunda Guerra, que são contemporâneos, além do modelo das cidades ou bairros-jardins. Vários conjuntos eram de grandes dimensões (acima de 500 unidades, ou seja mais de 3 mil moradores), sobretudo no projeto original, visto que vários permaneceram inconclusos. Localizados nas grandes cidades, foram concebidos como núcleos urbanos, dispendo de vários equipamentos comunitários, além da habitação.

É o caso, por exemplo, do primeiro conjunto edificado pelo IAPI, o Conjunto Residencial do Realengo, no Rio de Janeiro, composto de 2.344 unidades, entre casas e apartamentos, e concluído em 1943. Assim como outros empreendimentos desse tipo no Rio de Janeiro, está localizado junto à linha ferroviária, a cerca de quarenta minutos do Centro pelo trem de subúrbio. Além de

onde o tempo livre era ocupado em atividades educacionais e recreativas controladas pelo Estado que, ademais, era o locador das moradias. A imagem paternalista do Estado atingia o seu ápice.

Além de regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, de estatizar a previdência social e de interferir nos sindicatos, atrilando-os ao Ministério do Trabalho e criando a Justiça do Trabalho, o poder público edificava o espaço em que o trabalhador iria morar, alugando-o por valores congelados (embora esta não fosse a proposta inicial) aos filiados dos Institutos e montando uma estrutura de equipamentos sociais que mantinha entretidos os trabalhadores e suas famílias, num processo de reprodução ideológica dos valores defendidos pelo aparato estatal.

De modo coerente com as propostas defendidas, em 1938, pelo arquiteto Rubens Porto, adotou-se nesses projetos de maior dimensão, quase que integralmente, os preceitos formais da arquitetura moderna. Ao novo homem que se buscava forjar, era necessário moldar um novo espaço, uma nova concepção de morar, uma nova arquitetura.

Abandonando a trama urbana tradicional, as quadras e os lotes, estes conjuntos compunham-se, majoritariamente, de blocos de apartamentos de três, quatro ou cinco pavimentos, sem elevador, dispostos no terreno em composições geométricas variadas, sendo predominantes as tramas cartesianas e paralelas, embora em alguns casos, como na Vila Guiomar, predominem as ruas curvas. Nesses projetos foram, de uma maneira geral, eliminadas a noção de lote e de terreno privado: todo o espaço de solo remanescente era público. Em alguns casos os blocos tinham estrutura independente, pilotis, fachada livre e apartamentos duplex.

Embora seja perceptível a busca de certa padronização nos projetos, a identidade de cada conjunto e seu desenho característico foram preservadas, com participação de um número significativo de arquitetos. Em geral, os blocos têm a forma de paralelepípedos, sem ornamentação, mas com elementos de composição que garantem movimento à fachada e um jogo articulado de cheios e vazios. As caixas de escadas são quase sempre fechadas por elementos vazados, que estabelecem uma marcação vertical em fachadas caracterizadas por linhas horizontais, formadas pelas aberturas.

O Conjunto Residencial Vila Guiomar, em Santo André, projetado por Carlos Frederico Ferreira, é um dos bons exemplos da presença da arquitetura moderna. Seu projeto original previa cerca de 3.000 unidades, mas numa primeira etapa foram construídas 1.411 unidades (978 apartamentos e 433 casas), distribuídas em 61 blocos de quatro pavimentos, de diferentes tipologias e dimensões. Merece destaque ainda a escola, projetada pelo mesmo arquiteto.

Os blocos foram elevados do solo por pilotis, a estrutura de concreto armado era independente e a fachada livre, com os pilares recuados. As torres de escadas destacam-se do bloco, formando uma saliência em forma de dente no

lado posterior. Este dente e o telhado inclinado evitam que o bloco transforme-se num paralelepípedo perfeito, como ocorre no conjunto da Várzea do Carmo. A presença do telhado, por sua vez, assinala a não aceitação do tecto-jardim, adotado apenas em alguns poucos projetos, provavelmente em decorrência do custo da impermeabilização.

Os apartamentos possuem dois ou três dormitórios, sala, cozinha e banheiro. As colunas de escadas, com elementos vazados, articulam a circulação vertical, servindo dois apartamentos por andar e repetindo-se sistematicamente ao longo dos blocos por duas, três ou quatro vezes, dependendo do seu comprimento. Esta solução de circulação é bastante comum nos projetos de blocos, em vários conjuntos, evitando-se os corredores. A fachada livre permite a criação de um plano horizontal contínuo de aberturas, que caracteriza um dos lados do bloco.



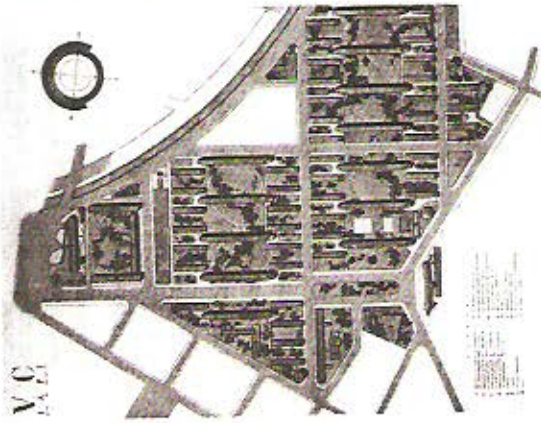
Vista do bloco de apartamentos do Conjunto Residencial Vila Guiomar, e detalhe do elemento vazado de fechamento da escada.

No Conjunto Residencial da Moóca, do IAPI, formado por dezesseis blocos com a mesma orientação mas não totalmente paralelos, adotou-se uma solução original no pavimento térreo, com a utilização de pilotis apenas na face frontal do bloco, formando uma "colunata". Criou-se, assim, uma galeria coberta ao longo do comprimento do edifício, que garante proteção contra o sol e a chuva no acesso ao conjunto, além de gerar um pequeno espaço de convívio linear. Os pilotis redondos dão à colunata um ar imponente e, ao bloco, uma monumentalidade sutil e marcante, lembrando, guardadas as devidas proporções, o espaço formado em situações semelhantes em ruas e avenidas implantadas na mesma época sob influência da arquitetura moderna, como na avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro. A regularidade do bloco é ainda levemente rompida por uma pequena saliência decorrente do avanço do volume formado pelas varandas e áreas de serviço.

De autoria do arquiteto carioca Paulo Antunes Ribeiro (a maior parte dos profissionais contratados pelos IAPs eram do Rio de Janeiro), o conjunto

apresenta grande variedade de tipos de apartamentos, atendendo famílias de tamanhos diferentes. Devido à colunata, os apartamentos do primeiro pavimento — cerca de 25% das 576 unidades — são menores, com quarto, sala, banheiro e cozinha. A maior parte das unidades tem dois quartos, sala com varanda, banheiro, cozinha e área de serviço. Por fim, merece referência especial a presença de unidades duplex, localizadas no quarto andar dos blocos de cinco pavimentos. De área excessiva para habitação social, essas unidades possuem quatro dormitórios, sala, duas varandas, banheiro e cozinha com serviço. Embora não seja a primeira utilização do duplex no Brasil, é uma proposta original em conjuntos residenciais no país, antecedendo a utilização do mesmo recurso em Pedregulho e no Japurá.

O Conjunto Residencial da Várzea do Carmo, próximo ao centro de São Paulo, de autoria do arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima e equipe, sobressai por sua rigorosa composição racionalista e disposição dos blocos (médios e altos), cujo paralelismo e regularidade lembram as propostas de Hilberseimer, na *Arquitetura da Grande Cidade* e os esquemas e diagramas apresentados por Gropius no 3º Cíam (apud ARONOVIC 1973). Trata-se de um dos mais significativos conjuntos projetados no período, onde se expressam alguns dos conceitos mais importantes do movimento moderno, articulando de forma integrada a arquitetura e o urbanismo.



Planta do Conjunto Residencial Várzea do Carmo, em São Paulo, mostrando a composição rigorosamente racionalista e a busca de articulação entre arquitetura e urbanismo.

Para garantir o máximo aproveitamento da gleba, os arquitetos optaram por várias tipologias, predominando os prédios de 12 pavimentos, que dominam o centro da área, e os blocos de quatro pavimentos, ambos concebidos como lâminas e voltados para a melhor orientação. Em função do elevado preço de terreno, Attilio defende a utilização de prédios altos, apesar do elevador, que ele propõe com paradas a cada três pavimentos, de modo a garantir uma densidade de 1.250 hab./ha, sem um impacto significativo no custo final. Esta alta densidade, obtida com prédios altos e possibilitando a criação de um verdadeiro parque público e a proposta de uma gama variada de equipamentos coletivos — escola, creche, clube, restaurante, cinema, posto de gasolina, edifício de escritório, hotel etc. — dispostos ao longo de um eixo, representa uma aplicação concreta dos princípios corbusianos. Com a solução adotada, viabilizava-se o assentamento de 22 mil pessoas, em duas etapas de construção, sendo, portanto, uma verdadeira cidade no coração de São Paulo. O projeto, entretanto, não foi concluído.

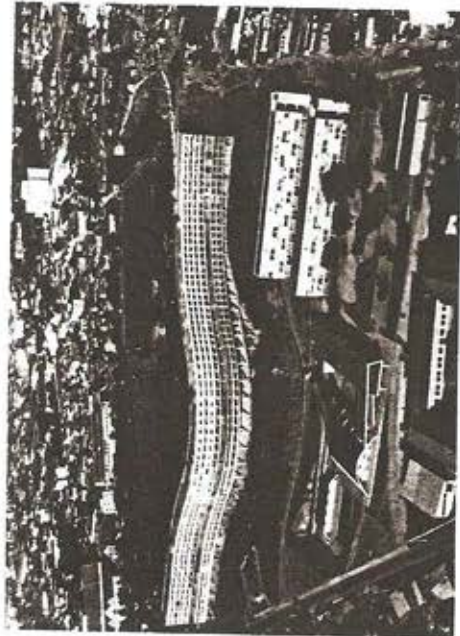
Lamentavelmente, a situação atual permite ter uma pequena idéia da proposta original dos arquitetos, pois somente os blocos de quatro andares foram construídos. São idênticos, verdadeiros paralelepípedos geometricamente traçados, paralelos e apoiados no solo como uma massa sólida e espartana, despida de ornamentos ou saliências, salvo um singelo enquadramento das janelas e um elegante beiral que protege a entrada de cada um dos lances de escada, em número de três ou quatro por bloco. Como afirmam os arquitetos, estes blocos se articulam numa "cadência harmônica da composição básica" (LIMA 1942:227).

Corrêa Lima dispôs os blocos dois a dois, formando um pátio ladeado pelas frentes dos blocos, marcadas unicamente pelos beirais da entrada e pelo elemento vazado que fecha a caixa de escadas, elementos de composição que não tem a expressividade da colunata do conjunto da Moóca. A não construção dos prédios altos, que uniriam as fileiras indianas de blocos médios, formando vários grandes espaços livres — verdadeiras praças — ladeados por massas construídas, resultou num vazio que, posteriormente, daria margem à edificação de prédios improvisados de serviço da previdência, destruindo a composição pretendida.

Outra influência marcante no período foram as *unités d'habitation* de Le Corbusier — que tiveram no Brasil uma grande repercussão, gerando um grupo expressivo de projetos habitacionais. No entanto, poucos destes empreendimentos foram produzidos pelos IAPs e outros órgãos públicos, predominando obras promovidas pela iniciativa privada nos anos 50, visando sobretudo a classe média, como edifícios projetados por Niemeyer (Copan, JK, Montreal), Abelardo de Souza (Nações Unidas), Zarzur & Kogan (São Vito, Paim) etc. (ROSSETTO 1997).

Entre os produzidos pelo setor público, ganham evidência destaque os Conjuntos Residenciais de Pedregulho e Marquês de São Vicente (Gávea), projetos de Affonso Reidy para o Departamento de Habitação Popular do então Distrito Federal. Embora não seja de iniciativa dos IAPs, eles se enquadram, por sua

finalidade (foram produzidos para os funcionários de baixa renda do DF), período de projeto e execução e princípios que os orientaram, no ciclo de empreendimentos de habitação social de iniciativa pública em estudo. Ao lado destes, o projeto de Eduardo Kneese de Melo para o IAPI, edifício Japurá, realizado em 1947 como Pedregulho, é o único dos IAPs que pode ser considerado uma verdadeira *unité d'habitation*.



Vista aérea de Pedregulho, onde se destaca a implantação moderna contrastando na paisagem com o traçado urbano tradicional. Notar o surpreendente comprimento do bloco serpenteante.

A obra de Reidy é festejada e reconhecida como uma das mais importantes da arquitetura moderna brasileira, tendo tido uma grande repercussão internacional. Não é o caso de descrevê-la nas suas particularidades mas sobretudo de ressaltar que ela precisa ser situada no contexto de um ciclo de projetos habitacionais e não como uma obra de exceção, apesar de seu enorme significado ser indiscutível. Enquanto concepção habitacional, ela foi desenvolvida segundo os mesmos princípios que a maior parte dos grandes projetos dos IAPs, realizando — de forma mais acabada, completa, melhor resolvido enquanto arquitetura — o que vinha sendo proposto desde Realengo em 1939: implantação urbanística moderna, associação de moradia com equipamentos comunitários, renovação de relação entre espaço público e espaço privado etc.

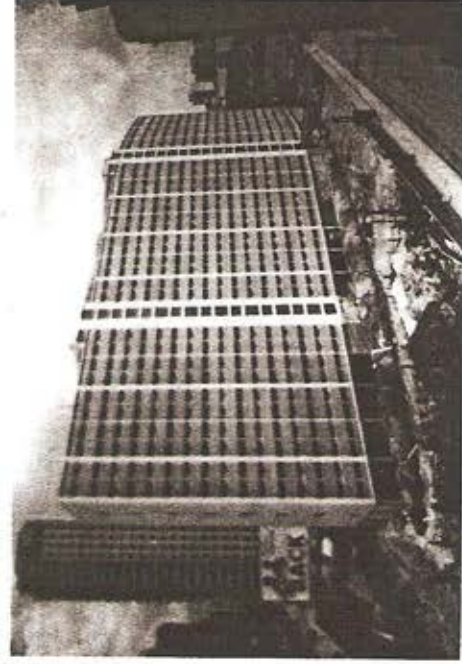
Independentemente dos indiscutíveis méritos de Reidy no projeto dos equipamentos comunitários e demais blocos, sua grande inovação está na concepção do imenso edifício serpenteante, construído na parte elevada do terreno que, como diz BRIUAND (1981), é "a peça chave da unidade residencial [...] cuja planta serpenteante é uma manifestação brilhante e original". Este bloco concretiza magistralmente a proposta de Le Corbusier para a *unité d'habitation*, inovando na criação de uma nova relação paisagem-espaço construído. É bom lembrar, também, que a concepção de Pedregulho é o desenvolvimento de dois estudos de urbanização de Le Corbusier para o Rio de Janeiro (1929) e para Argel (1930).

O edifício Japurá, projetado por Eduardo Kneese de Melo para o IAPI, se localiza na baixada do Bexiga, entre as ruas Japurá e Santo Amaro, na Bela Vista, São Paulo. A importância desse conjunto habitacional-edifício-unidade de habitação nunca foi suficientemente ressaltada, não tendo merecido nenhuma referência na historiografia da arquitetura moderna no país. No entanto, o projeto é contemporâneo do conjunto de Pedregulho e tem uma concepção arquitetônica semelhante à desenvolvida pelo arquiteto carioca, embora menos complexa e mais pobre do ponto de vista arquitetônico. (MELO 1955)

Japurá localiza-se numa depressão, o antigo vale do córrego Bexiga, no local de um dos mais famosos conjuntos de cortiços de São Paulo — o "Navio Parado". Kneese parece ter se inspirado na implantação do Navio Parado, de autoria desconhecida, para definir o projeto do edifício, que ocupa exatamente a mesma posição: o fundo do vale, recuado em relação à rua, acompanhando, tal como Pedregulho, as curvas de nível. Ainda que a topografia seja menos acidentada do que no projeto carioca, é um terreno de difícil ocupação e a solução é excelente.

Como o edifício foi construído num nível mais baixo do que a rua Japurá, o acesso dá-se através de pontes, resolvidas brilhantemente como uma bellissima galeria envidraçada. No subsolo, aproveitando o desnível do terreno, foram implantados, além da garagem, o restaurante e a cozinha, concebidos como equipamentos coletivos.

No alinhamento da rua, localiza-se o bloco secundário, de dois andares — na primeira alternativa deste projeto eram seis — onde existe ao nível da rua um centro comercial e no segundo pavimento 22 apartamentos mínimos (um cômodo, banheiro e quitinete) para operários solteiros. Trata-se de um projeto pioneiro de quitinete, estigmatizado como cortiço.



Edifício Japurá em construção nos anos 50. Implantado na mesma localização do cortiço "Navio Parado" — para a elite símbolo da promiscuidade e precariedade da moradia popular —, a obra do IAPI trouxe modernidade e renovação, mas significou a expulsão de parte da forte comunidade de negros e italianos que ocupava e dava vida ao bairro do Bexiga.

Propondo 288 unidades habitacionais em um único edifício de 14 andares, Kneese buscou a economia e utilizou vários elementos do repertório moderno, em particular da concepção corbusiana: isolou o edifício do piso por meio de pilotis, criou na cobertura um teto-jardim para a instalação de equipamentos coletivos em meio a uma marquise recortada, instalou uma área de recreação infantil junto ao 1º pavimento e optou por unidades duplex, para reduzir o número de paradas do elevador, a área de circulação e o pé direito dos andares ímpares (a legislação permitia altura mínima de 2,5 m para a sala e cozinha e 3,0 m para os dormitórios) e, ainda, para racionalizar as plantas dos apartamentos. O corredor central que, a cada dois andares, dá acesso aos apartamentos que se abrem dos dois lados, torna-se, por suas dimensões, uma espécie de rua interna.

Em São Paulo, o Japurá foi o primeiro edifício concebido como uma *unité d'habitation*, precedente de um grande ciclo de empreendimentos privados de grande dimensão que, na década de 50, tentaram desenvolver esta proposta. No entanto, ocupando um lote encravado no tecido urbano do centro da cidade, cercado por um processo de verticalização intenso, o projeto de Kneese acabou por perder expressão, ficando oculto na paisagem urbana.

A referência à cidade-jardim se tornou, a partir dos anos 20, um verdadeiro mito no Brasil, sendo sempre emprestada para legitimar uma gama variada de propostas habitacionais que, de alguma maneira, se contrapusesse aos conjuntos de alta densidade e traçado cartesiano. Também na produção de alguns conjuntos dos IAPs surge a referência à cidade-jardim, merecendo destaque neste grupo o Conjunto Residencial Passo de Areia e a Cidade-Jardim dos Comercários.

O Conjunto Passo de Areia, com 1.691 unidades (originalmente 2.496, conforme IAPI 1950), em Porto Alegre, do IAPI, é um projeto do engenheiro Marcos Kruter (1944) que foi fortemente influenciado pela proposta da cidade-jardim.

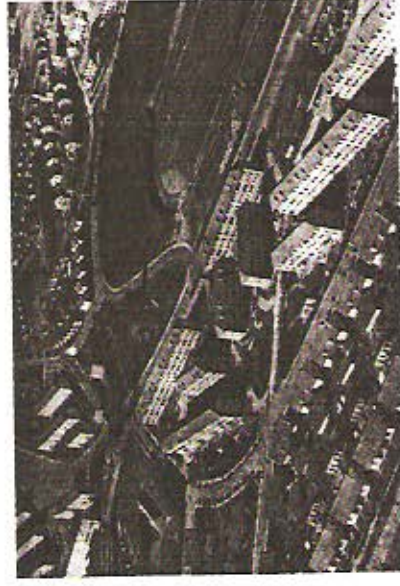
A novidade desse conjunto é o projeto urbanístico que, ao contrário da maioria dos conjuntos residenciais dos IAPs, principalmente do IAPI, que optaram pelo racionalismo, adotou princípios como o traçado pinturesco das vias, a implantação dos blocos adequada ao meio físico e à topografia, a hierarquia de vias e a profusão de áreas verdes.

Em depoimento prestado a Souza (1994), Kruter confirma as preocupações pinturescas do projeto urbanístico ao afirmar que teve a intenção de tratar o sítio "como uma escultura, adequando-o o mais possível às curvas de nível" (Souza 1994). O engenheiro ressaltou a importância dada à questão estética: "Procuramos os efeitos belos, explorando ao máximo os recursos naturais e intentamos criar, com as concordâncias harmoniosas do traçado, o ponto alto da solução paisagística" (Souza 1994). Mas esta opção urbanística não foi definida sem polémica: Gardolinski, engenheiro responsável pela obra do IAPI em Porto Alegre, parece ter tido grande dúvida "se optaria por um sistema de prédios altos e de

traçado geométrico, ou pelo sistema predominante, de casas unifamiliares e poucos prédios, com um traçado mais orgânico, definindo-se finalmente pelo projeto de Kruter" (Souza 1994).

No entanto, outras características do conjunto — como a utilização de diferentes tipologias habitacionais, como blocos multifamiliares, casas sobrepostas e casas individuais e a implantação de vários equipamentos comunitários — são correntes nos demais projetos habitacionais do IAPI, demonstrando que existiam diretrizes gerais de projeto do órgão que deveriam ser seguidas. O memorial descritivo do projeto, elaborado pelo engenheiro Kruter, confirma a presença destas diretrizes ao afirmar que o projeto foi "elaborado segundo um grupo de normas e considerações de ordem técnica, urbanística, social e econômica" (Kruter 1944).

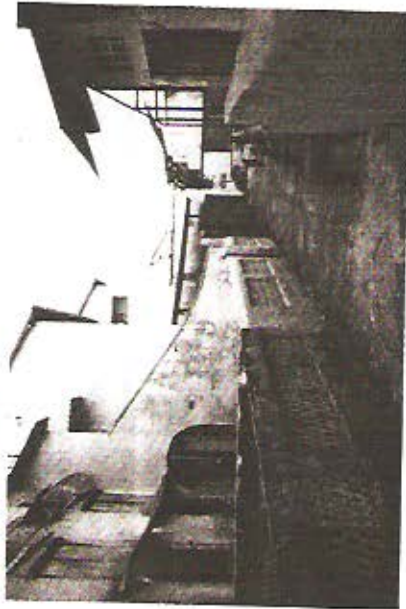
A opção feita no Rio Grande do Sul por uma concepção mais pinturesca mostra que o IAPI era relativamente flexível na definição dos partidos urbanísticos, aceitando diversidades, ao contrário do que ocorreria depois de 1964, no âmbito do BNH. Seja como for, a racionalidade e a economia eram princípios que ninguém, no IAPI, gostava de contrariar, como se deduz do depoimento de Kruter: "Sem prejuízo do aproveitamento racional do terreno no sentido de obter um máximo rendimento, decidimos disseminar os [...] espaços verdes, para que esse benéfico elemento, além da sua função decorativa, bizarra e alegre, possa ser usufruído de uma maneira equitativa por todos os futuros moradores do novo bairro" (Souza 1994).



Conjunto Passo d'Areia, em Porto Alegre. Um dos mais completos conjuntos habitacionais implantados pelo IAPI, apresenta grande diversidade de tipologias habitacionais, equipamentos e um traçado orgânico, respeitando rigorosamente o meio físico.

Outra proposta digna de nota é a Cidade-Jardim dos Comercários, implantada em Olaria, Rio de Janeiro e, em outra versão, no Recife, de autoria do engenheiro Ulysses Hellmeister. Neste projeto, com 484 residências, se adota uma solução horizontal, mas não a casa individual e o lote privado: "fazendo abstração do clássico lote, consideramos a área como um todo e nela distribuímos as residências" (HELLMEISTER 1944:57). São implantadas unidades sobrepostas (dois pavimentos),

geminadas quatro a quatro, com um escalonamento das fachadas, de modo a formar, a cada grupo de quatro blocos, um pátio semicerrado em forma de losango, "amplo espaço ajardinado e arborizado" (HELLMEISTER 1944:57). Toda a área livre é reservada para uma espécie de parque público. Cria-se uma hierarquia no sistema viário, de modo que o acesso às unidades dá-se por caminhos de pedestres, com um traçado orgânico.



Cidade-Jardim dos Comerciantes, em Recife. As casas sobrepostas abrem-se para ruas de pedestres, estreitas, objetivando maior economia.

Nesta autodenominada cidade-jardim "foram previstos na Praça Central edifícios destinados à assistência social, compreendendo uma escola e um jardim-de-infância, aprendizagem profissional, ensino doméstico, centro de recreação e cívico, assistência médica e dentária e posto de abastecimento de gêneros de primeira necessidade" (HELLMEISTER 1944:57-8). Estes edifícios formam na praça central um conjunto com alguma monumentalidade, criando uma espécie de unidade de vizinhança.

Estas referências às cidades-jardins mostram a existência de outra lacuna na historiografia do urbanismo brasileiro que, ignorando iniciativas como as dos IAPs, apenas identifica os empreendimentos de elite, sobretudo os bairros-jardins de São Paulo, como tendo sido influenciados pela corrente urbanística formulada originalmente por Howard e Unwin.

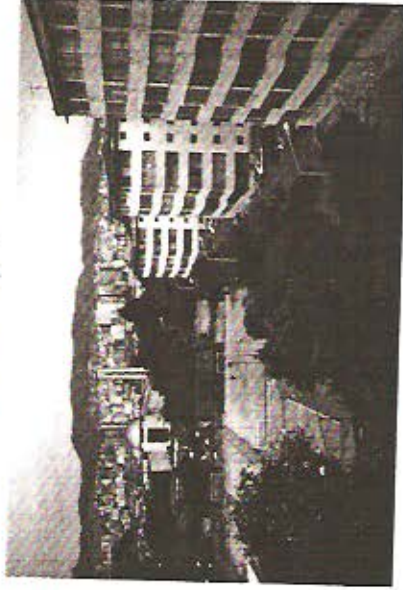
Para completar as tipologias mais importantes desenvolvidas pelos IAPs, é necessário comentar o Conjunto Residencial da Lagoinha, também conhecido como Cidade Industrial, em Belo Horizonte, do IAPI. Trata-se do único empreendimento do período que é fortemente influenciado pelos *Höfe* vienenses.

A unidade básica do conjunto é formada por um bloco totalmente fechado, criando um pátio interno. Em torno deste pátio, espaço cerrado semipúblico de uso coletivo, localizam-se os corredores de acesso aos apartamentos e as escadas. Os nove blocos que fazem parte do conjunto têm alturas variando de cinco a oito pavimentos, sem elevador, sendo que o acesso nos blocos

mais altos dá-se pelo quinto andar, através de uma ponte suspensa, aproveitando o desnível do terreno, como posteriormente foi utilizado em Pedregulho.

Os blocos, por sua vez, dispostos em forma de U, localizam-se em torno de uma praça pública, ou um grande pátio, onde existem equipamentos e quadras esportivas. Na face aberta desta área, em posição privilegiada, foi implantada uma igreja. Todos os blocos são interligados entre si através de passagens suspensas, que integram o sistema de circulação de cada bloco. Desta forma, pode-se passear pelo interior de todo o conjunto, circulando pelo entorno dos pátios. Alguns blocos têm tetos-jardim, interligados pelo mesmo sistema de circulação.

Assim como os *Höfe* de Viena, o conjunto do IAPI de Belo Horizonte tem, visto externamente, um aspecto pesado, de fortaleza. No entanto, ao penetrar no seu interior, este aspecto desaparece e surge uma trama labiríntica de circulação e uma sucessão de pátios e espaços públicos ou semipúblicos que dão uma agradável sensação. Por outro lado, os apartamentos são sensivelmente penalizados pela solução de implantação, resultando em plantas mal resolvidas, espaços desperdiçados e com insolação insatisfatória, visto que os blocos estão em torno de um pátio, criando situações diferenciadas para cada face do edifício. A questão da economia, tão valorizada em outros projetos dos IAPs, parece não ter sido uma preocupação neste projeto.

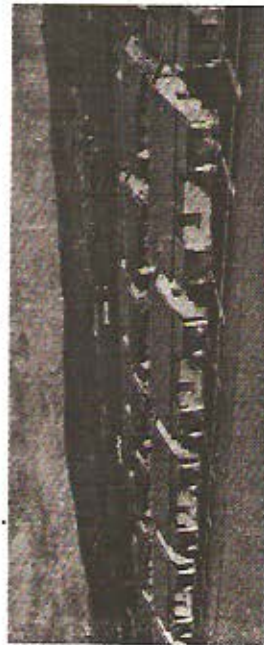


Cidade Industrial, em Belo Horizonte. Os blocos são implantados em torno de uma grande área pública e ligados entre si por passarelas de pedestres.

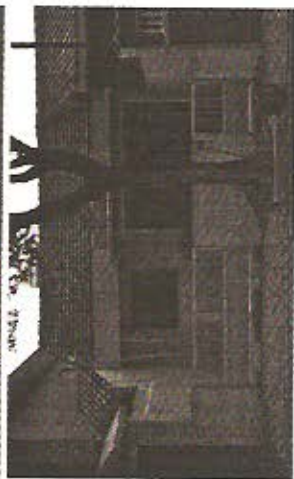
Como se vê, não foram poucas as inovações introduzidas pelos IAPs. No entanto, nem todos os conjuntos dos IAPs inovaram em termos de urbanismo, arquitetura e propostas de habitação. Boa parte deles seguiu o senso e os princípios comuns, optando, de preferência, pela casa unifamiliar, térrea, situada em loteamentos convencionais, ou seja, seguindo o padrão aceito e recomendado como ideal pelo gosto conservador e pelos higienistas para a moradia sadia do trabalhador. Muitos conjuntos, sobretudo nas cidades médias e pequenas, utilizaram-se de loteamentos convencionais já implantados, onde os Institutos apenas construíram casas.

Até em grandes centros, muitos núcleos dos IAPs não passam do modelo que Atílio Corrêa Lima criticou como sinônimo do atraso cultural: a casa isolada com quintal, propícia a um modo de vida organizado em torno da família e dos ideais conservadores ("dos chinelos aos domingos").

Esta solução, embora tão criticada pelos arquitetos e outros profissionais no âmbito dos IAPs, parece ter sido melhor aceita do que as generosas propostas da arquitetura moderna, que valorizavam os espaços públicos, equipamentos coletivos e uma renovação no modo de morar. Por razões que não vêm ao caso desenvolver, a maior parte das propostas mais originais destes conjuntos estudados foram sendo gradativamente desativadas, desmontadas, destruídas. Ao que tudo indica, os moradores preferiram um padrão mais conservador e voltado para o espaço privado. O resultado foram blocos cercados, recriando-se lotes onde se pretendia criar parques; tetos-jardim desativados; espaços junto ao pilotis transformados em garagens e depósitos privados; equipamentos coletivos desativados. Muito pouco sobrou da concepção original dos conjuntos residenciais dos IAPs.



Conjuntos residenciais compostos por casas, construídos pelo IAPI em Osasco e pelo IAPB em Santos: exemplos de que a implantação tradicional em lotes ainda prevaleceu em muitos projetos.



Por outro lado, a presença da casa isolada nos empreendimentos do IAPI, o mais avançado dos Institutos em termos de projetos habitacionais, assim como sua predominância nas realizações de outros Institutos e da Fundação da Casa Popular, mostra como este modelo era forte na sociedade brasileira dos anos 40 e 50 e as dificuldades para implantação da arquitetura moderna nos empreendimentos habitacionais. Mas para difundir o modelo da casa isolada não se precisava de recursos públicos: isto podia ser feito pelos próprios trabalhadores, no auto-empresendimento da casa própria na periferia.

Os conjuntos residenciais: a habitação produzida pelo Estado



O presidente Getúlio Vargas inaugura o Conjunto Residencial Passa d'Areia, em Porto Alegre.

IMAGENS 2